UNIVERSIDADE DO ESTADO DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

PATRICIA TEODORO DE SOUZA NASCIMENTO

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO ESTRATÉGIA DE PERMANÊNCIA DE JOVENS POBRES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

FORTALEZA – CEARÁ
2019

PATRÍCIA TEODORO DE SOUZA NASCIMENTO

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO ESTRATÉGIA DE PERMANÊNCIA DE JOVENS POBRES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de Concentração. Planejamento e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Emanuel Freitas da Silva

FORTALEZA - CEARÁ

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Nascimento, Patricia Teodoro de Souza .
Política de assistência estudantil como estratégia de permanência de jovens pobres na educação superior: o caso da Universidade Federal do Amapá [recurso eletrônico] / Patricia Teodoro de Souza Nascimento. - 2019.
1 CD-ROM: il.; 4 ¾ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 106 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Fortaleza, 2019.
Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.
Orientação: Prof. Dr. Emanuel Freitas da Silva.

1. Jovens . 2. Pobreza. 3. Assistência Estudantil. I. Título.

PATRICIA TEODORO DE SOUZA NASCIMENTO

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO ESTRATÉGIA DE PERMANÊNCIA DE JOVENS POBRES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 15/07/2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Emanuel Freitas da Silva(Orientador)
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Prof. Dr. Francisco Josênio Camelo Parente
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Prof. Dr. José Cleyton Vasconcelos Monte
Centro Universitário Christus – UNICRISTHUS

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, ao Grande e Eterno Deus, autor da minha vida, por ter me dado força e coragem, fazendo-me chegar até aqui, quando achava que já não podia mais devido ao cansaço e às incertezas, fazendo-me acreditar que eu poderia ir muito além do que imaginava.

Agradeço, especialmente, ao meu esposo, Israel Corrêa Nascimento, uma pessoa com a qual posso contar sempre e que, nesses últimos dois anos, me deu todo incentivo possível para que o sonho do mestrado fosse realizado. Querido, obrigada pela paciência, pela força e pelo incentivo que tem me dado.

Aos meus filhos, Sarah Talita de Souza Nascimento, Larah Raissa de Souza Nascimento, Israel Corrêa Nascimento Filho e Dhara Camily de Souza Nascimento, que sempre colaboraram, suportaram os meus momentos de ausência e que, mesmo assim, sempre me proporcionaram momentos de carinho a amor, os quais me deram força para continuar a lutar por esta conquista.

Aos meus colegas de turma, pelo companheirismo, cumpricidade, alegria e amizade proporcionados em sala de aula, onde ao longo dessa trajetória conseguimos com dedicação e trabalho conquistar juntos essa etapa tão sonhada e desejada por todos. E a todos os amigos e pessoas que, de uma forma ou de outra, sempre estiveram presentes em minha vida durante esta jornada.

Não poderia deixar também de agradecer a todos os professores que propiciaram o meu crescimento profissional e amadurecimento intelectual, em especial ao orientador Prof. Dr. Emanuel Freitas Pessoa, que muito contribuiu para a construção do texto aqui apresentado.

Aos funcionários e toda a equipe da Pró Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias e Estudantis – PROEAC, que me deu toda a liberdade de acesso aos dados aqui utilizado para o desenvolvimento e consolidação deste trabalho. Obrigado.

“Ninguém nasce feito, ninguém nasce marcado para ser isso ou aquilo. Pelo contrário, nos tornamos isso ou aquilo. Somos programados, mas, para aprender. A nossa inteligência se inventa e se promove no exercício social de nosso corpo consciente. Se constrói. Não é um dado que, em nós, seja um a priori da nossa história individual e social.“

(Paulo Freire)

RESUMO

A presente Dissertação apresentada para o Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade do Estado do Ceará – UECE tem como objetivo entender as estratégias de permanência de jovens pobres na Educação Superior a partir da Política de Assistência Estudantil no contexto da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP**,** segundo a compreensão dos jovens estudantes usuários desta política. Visando conhecer e compreender o indivíduo como ser histórico na produção de sua vida material, bem como suas relações e contradições no contexto social e acadêmico em que está inserido, utilizou-se o método dialético, que consiste em analisar a totalidade dos fenômenos sociais, considerando suas condições sócio históricas, o que possibilitou um olhar para a realidade em movimento e, que vai além das aparências do que está posto, permitindo uma abordagem mais ampla e crítica. Como instrumentos de coleta de dados qualitativos e quantitativos e buscando uma aproximação maior do objeto por meio da pesquisa exploratória, utilizou-se da pesquisa bibliográfica e documental, bem como de entrevistas semiestruturadas com jovens estudantes que são usuários, onde percebeu-se que os desafios impostos à Assistência Estudantil são muitos e, um deles é o fato de que a Assistência Estudantil na UNIFAP tem garantido a permanência dos estudantes que ja são usuários, no entanto, existe uma demanda reprimida no qual o volume de recurso destinado a esta instituição não permite atender e, observou-se também a necessidade de maior aproximação dos atores envolvidos nessa política, para fins de (Re) construção coletiva com a participação, principalmente, dos estudantes usuários, para que então, as ações realmente venham de encontro com as necessidades estudantis na UNIFAP, prevendo também maior visibilidade e transparência aos processos.

Palavras-Chave: Jovens. Pobreza. Assistência Estudantil.

ABSTRACT

The present dissertation presented for the Professional Masters in Planning and Public Policies of the University of the State of Ceará - UECE aims to understand the strategies of permanence of poor young people in Higher Education from the Policy of Student Assistance in the context of the Federal University of Amapá - UNIFAP, according to the understanding of the young student users of this policy. Aiming to know and understand the individual as a historical being in the production of his material life, as well as his relations and contradictions in the social and academic context in which he is inserted, the dialectical method was used, which consists of analyzing the totality of social phenomena, considering its socio-historical conditions, which made possible a look at the reality in movement and, that goes beyond the appearances of what is put, allowing a wider and critical approach. As qualitative and quantitative data collection instruments and seeking a greater approximation of the object through exploratory research, bibliographical and documentary research was used, as well as semi-structured interviews with young students who are users, where it was perceived that the challenges There are many taxes on Student Assistance and one of them is the fact that the Student Assistance in UNIFAP has guaranteed the permanence of the students that already are users, however, there is a repressed demand in which the volume of resources destined to this institution does not allow to meet, and it was also observed the need for a closer approximation of the actors involved in this policy, for the purpose of collective (Re) construction with the participation, mainly, of student users, so that the actions actually come in response to student needs in UNIFAP, also providing greater visibility and transparency to the processes..

Keywords: Youth. Poverty. Student Assistance.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução do volume de recursos PNAES (2010-2018)..... 54

Tabela 2 - Faixa etária dos estudantes usuários da Assistência Estudantil na UNIFAP..... 62

Tabela 3 - Faixa etária dos estudantes da IFES 1996-2018 (%)..... 62

Tabela 4 - Sexo dos estudantes usuários da Assistência Estudantil na UNIFAP (%)..... 63

Tabela 5 - Cor e raça dos estudantes usuários da Assistência Estudantil na UNIFAP (%)..... 63

Tabela 6 - Estudantes das IFES e população brasileira Segundo cor ou raça 1996-2018 (%)..... 64

Tabela 7 - Renda per capta dos estudantes usuários da Assistência Estudantil na UNIFAP..... 65

Tabela 8 - Origem escolar dos estudantes que solicitaram bolsa/auxílio da Assistência Estudantil na UNIFAP (2018)..... 66

Tabela 9 - Situação de moradia dos estudantes que solicitaram bolsa/auxílio da Assistência Estudantil na UNIFAP (2018)..... 67

Tabela 10 - Ocupação profissional do principal responsável da família do estudante usuário da Assistência Estudantil na UNIFAP..... 69

Tabela 11 - Bens patrimoniais dos da família dos estudantes que solicitaram bolsa/auxílio da Assistência Estudantil na UNIFAP (2018)..... 70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CONJUVE	Conselho Nacional da Juventude
CONSU	Conselho Superior Universitário
DACE	Departamento de Ações Comunitárias e estudantis
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estitística
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNE	Programa Nacional de Assistência Estudantil –
PROEAC	Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias
PROUNE	Programa Universidade Para Todos
REUNE	Plano de Reestruturação e Expansão Universitária
SAV	Situação Agravante de Vulnerabilidade
SESU	Secretaria de Educação Superior
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TAE	Técnico em Assuntos Educacional
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 11

2 JOVEM, POBREZA E DESIGUADADE SOCIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR..... 19

2.1 JOVEM E JUVENTUDE SOB MÚLTIPLOS OLHARES..... 19

2.2 POBREZA, CONCEITOS E CONTEXTO..... 27

2.3 JOVENS AMAPAENSE: DESIGUALDADES SOCIAIS E REGIONAIS NO CONTEXTO AMAZÔNICO..... 35

3 TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO BRASILEIRO E NA UNIFAP..... 42

3.1 POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO..... 42

3.2 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIFAP..... 52

4 PERFIL SOCIOECONÔMICO E EXTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA: O CASO DA UNIFAP..... 60

4.1 PERFIL DOS ESTUDANTES USUÁRIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIFAP..... 61

4.2 ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL – O CASO DA UNIFAP..... 70

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 80

REFERÊNCIAS..... 83

ANEXOS..... 89

ANEXO A – DECRETO Nº 7.234..... 90

ANEXO B – RESOLUÇÃO Nº 14/2017..... 92

APENDICES..... 104

APENDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO..... 105

APENDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA..... 106

1 INTRODUÇÃO

Considerando que a natureza da Política de Assistência Estudantil consiste na promoção e garantia do acesso, permanência e conclusão do curso aos estudantes de graduação presencial, pertencentes às camadas pobres e refletindo acerca das desigualdades sociais e regionais no âmbito da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, esta pesquisa teve como objetivo entender as estratégias de permanência de jovens pobres na Educação Superior a partir da Política de Assistência Estudantil no contexto da UNIFAP.

Para isso, parte-se da concepção de que a educação é um mecanismo fundamental para o exercício da cidadania e que a Assistência Estudantil, enquanto política social de direito no âmbito da Educação Superior, deva contribuir efetivamente para reduzir os efeitos das desigualdades sociais e regionais, relacionadas, principalmente ao acesso, ou não, a uma educação de qualidade, através de mecanismos que garantam a permanência estudantil em cursos de nível superior presencial nas Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, e no caso da UNIFAP, permitindo que concluam a trajetória acadêmica com sucesso.

Na UNIFAP, esta política tem sido implementada e executada desde o fim de 2010 quando, por meio do Decreto Presidencial nº 7234 de 19 de julho de 2010, passou a ter recurso financeiro próprio nas IFES para esse fim. No entanto, segundo dados históricos registrados pelo Forum Nacional de Pró Reitores de Ações Comunitárias e Estudantis - FONAPRACE (2012, p.14), a Assistência Estudantil vem sendo pensada e discutida no Brasil desde meados de 1984, no âmbito do movimento estudantil aliados a professores, técnicos e ao grupo de Pró Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis das Universidades Federais, que já se reuniam preocupados com a política de promoção e apoio aos estudantes, visando à permanência dentro das condições mínimas necessárias ao ensino de boa qualidade.

O interesse em pesquisar sobre essa temática surgiu a partir da vivência no cotidiano de trabalho, em que a autora protagoniza como integrante da equipe multiprofissional que executa a Política de Assistência Estudantil, por meio do Departamento de Ações Comunitárias Estudantis - DACE, na Pró-Reitoria de Extensão

e Ações Comunitárias – PROEAC da UNIFAP, onde ao longo do período de pouco mais de cinco anos, vem analisando criticamente a gestão e execução dessa política com os seguintes questionamentos: 1- Qual efeito da desigualdade social e regional, a Política de Assistência Estudantil tem conseguido minimizar no âmbito das relações sociais e acadêmicas na UNIFAP? 2- Em que condições os estudantes pobres têm conseguido permanecer nos cursos em que estão matriculados? 3- Quais outros fatores, além do econômico, podem interferir na permanência desses estudantes no curso? 4 - qual a percepção dos estudantes em relação à execução da Política de Assistência Estudantil na UNIFAP? Com base nesses questionamentos e nas experiências adquiridas no cotidiano de trabalho técnico e operativo, bem como nas discussões como membro da equipe multiprofissional que executa Assistência Estudantil na UNIFAP, que culminou na elaboração e construção coletiva da proposta de um documento institucional que normatiza as ações da Política de Assistência Estudantil na UNIFAP[1], na participação em reuniões e seminários do FONAPRACE, no acúmulo de conhecimento teórico-metodológico, técnico-operativo e das concepções ético-políticas adquirida na formação da profissão de Assistente Social, é que se propõe fazer um estudo da efetividade dessa política que considerará, principalmente, a percepção dos estudantes usuários da Política da Assistência Estudantil na UNIFAP.

Nesse sentido, será utilizado o termo Assistência Estudantil, conforme a compreensão do FONAPRACE (2012, p.63) quando afirma a Assistência estudantil como um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações visando garantir o acesso, a permanência e a conclusão de cursos de graduação aos estudantes das IFES, na perspectiva da inclusão social, formação ampliada, produção do conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida.

Para identificar e analisar o que chama-se de jovens pobres no Ensino Superior, pretende-se também refletir acerca dos conceitos das categorias jovens e pobreza. Assim, a primeira subseção do segundo capítulo trata de conceituar primeiramente a categoria “jovens”, sob multiplos olhares, entendendo-a como categoria social constituída sócio-historicamente; a segunda subseção faz uma reflexão sobre a pobreza, como expressão da questão social e fruto do conjunto das

[1] Resolução 014/2017 CONSU/UNIFAP - Normativa institucional que regulamenta as ações de Assistência Estudantil no âmbito da UNIFAP.

desigualdades sociais no Brasil, um país marcado pela grande concentração de renda e; na terceira subseção, reflete-se sobre as características do Estado do Amapá, bem como do segmento jovem, onde se apresenta de forma breve, suas singularidades e também as desigualdades regionais vividas por esse segmento, relacionando-as com as desigualdades educacionais de acesso e permanência no ensino superior.

O terceiro capítulo pretende discorrer acerca da trajetória da Política de Assistência estudantil no Brasil e na UNIFAP. Primeiro apresenta-se a constituição das políticas de acesso e permanência no ensino superior brasileiro, expondo brevemente acercad do movimento histórico do processo de democratização do ensino superior, no que tange às políticas púbicas como ProUni, Reuni, lei das cotas entre outras, bem como dados nacionais e regionais referente à situação de vulnerabilidades decorrentes da pobreza dos estudantes jovens do ensino superior, dados esses coletados principalmente das edições das pesquisas de perfis socioeconômicos e culturais realizadas a partir de 1996 pelo FONAPRACE, que é um fórum que acessora a Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES. Na segunda subseção faz-se a apresentação de como se organiza a Política de Assistência Estudantil na UNIFAP, detalhando as ações e serviços que são disponibilizados por meio dela, bem como, os critérios utilizados para definir o seu usuário. No quarto capítulo apresenta-se o resultado da pesquisa realizada no âmbito da UNIFAP, sendo na primeira subseção a apresentação do perfil socioeconômico dos estudantes usuários das ações de Assistência Estudantil, e na segunda, os achados da pesquisa qualitativa por meio das entrevistas com o estudantes, visando conhecer as estratégias de permanência e apreender suas concepções acerca da Assistência Estudantil na UNIFAP, procurando também perceber se está alinhada com os objetivos propostos pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, regulamentado pelo DECRETO Nº 7.234, que propõe atuar na dimensão e na perspectiva da inclusão social, promoção da igualdade, valorização e respeito à diversidade, a formação ampliada, a produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida do estudante usuário. E, nas considerações finais pretende-se elencar os desafios propostos a esta política na atualidade, apontando possibilidades e caminhos a desvendar para que as Ações de Assistência Estudantil na UNIFAP

atendam efetivamente às necessidades socioeconômicas, psicossociais e pedagógicas dos estudantes no que concerne à permanência e conclusão do curso.

A presente pesquisa justifica-se pelo fato da Assistência Estudantil ser uma importante política pública social inscrita na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 206 na Interface com a Política de Educação e com ênfase nas necessidades estudantis, visando garantir as condições de igualdade no acesso, permanência e conclusão de cursos no Ensino Superior. Outro aspecto importante é o fato de que a educação é um direito constitucional que deve ser executado pelo Estado com qualidade e prioridade, visando garantia do exercício da cidadania. Este direito é reconhecido também nessa mesma Constituição em seu art. 205, quando estabelece que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da cidadania e à sua qualificação para o trabalho". Dessa forma, a universalização da política educacional, pautada no princípio da justiça social, é parâmetro para o desenvolvimento de uma Política de Assistência Estudantil também prevista na Lei nº 9.394, de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB que também serve de balizador da Assistência Estudantil, na medida em que ela estabelece a "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, e no seu Art. 2º, que em conformidade com a Constituição Federal, também prevê que:

> A Educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996).

No entanto, percebe-se que ao longo dos anos, o direito à Educação de qualidade não tem sido plenamente efetivado, acarretando situações em que o estudante ingressa na universidade por meio das políticas de acesso e, muitas vezes, não consegue permanecer no curso, por motivos diversos, sendo que um dos fatores pode estar relacionados à situação de vulnerabilidade socioeconômica, bem como outros fenômenos complexos e multidimensionais que permeiam diversos aspectos da vida do estudante. Nesse sentido, no âmbito das IFES no Brasil, o FONAPRACE no fim da década de 1980 por meio de seus representantes que já se encontravam num processo de luta, em articulação com o movimento estudantil, representado pela União

Nacional dos Estudantes - UNE, conseguiram organizar dados dos estudantes das IFES, com a realização de pesquisas nos anos 1996 até 2018. Pesquisas estas, que vem desconstruindo o imaginário social de senso comum, que afirmavam que as universidades públicas ainda seriam espaços privilegiados para ricos, e que em sua maioria, as vagas em cursos de graduação são ocupadas por elites econômicas. Cabe destacar que a I Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES no Brasil, que apontava a participação de 44 instituições, que era equivalente a 84,62% das 52 IFES existentes naquele período, já demonstrava que 44,29% dos estudantes de graduação encontravam-se nas categorias C, D e E, caracterizando assim, demanda para a instituição de uma Política de Assistência ao estudante, apontando também, para uma realidade distinta que fez com que se intensificassem as pressões em prol da criação de uma Política Social de Assistência Estudantil nas Universidades Federais, servindo de subsídio para definição de indicadores socioeconômicos que fortaleceram o processo de aprovação de um Plano Nacional de Assistência Estudantil em julho de 2007, seguido da aprovação da Portaria Normativa Nº 39, de 12 de Dezembro De 2007 que instituiu o PNAES no âmbito da Secretaria de Educação Superior - SESU, do Ministério da Educação - MEC. Em 2010, ainda no constante cenário de lutas pela democratização do acesso e permanência no ensino superior, o PNAES foi ampliado por meio da aprovação do Decreto Presidenncial n° 7.234/2010 que dispõe sobre o PNAES, tornando-o lei.

Percebendo a importância e relevância desta pesquisa e, para que os objetivos pretendidos nela fossem alcançados, alguns caminhos foram trilhados, então, visando conhecer e compreender o indivíduo, objeto do estudo, como ser histórico na produção de sua vida material, bem como suas relações e contradições no contexto social e acadêmico em que está inserido, utilizou-se o método dialético, permitindo uma abordagem mais ampla e crítica acerca dos conflitos vividos em sociedade na produção da vida material que se apresentam em outros espaços de convivência coletiva. Nesse sentido, o espaço acadêmico torna-se um dos lugares em que se reflete o modo como a sociedade está organizada e tem se tornado palco de disputas, conflitos e desigualdades onde se apresenta a questão social em suas múltiplas faces, as quais podem dificultar o acesso e a permanência dos jovens pobres na Educação Superior.

Assim, faz-se necessário ter a clareza de que, no contexto do sistema capitalista,

> A "questão social" é mais do que pobreza e desigualdade. Ela expressa a banalização do humano, resultante da indiferença frente à esfera das necessidades das grandes maiorias e dos direitos a elas atinentes. Indiferença ante os destinos de enormes contingentes de homens e mulheres trabalhadores submetidos a uma pobreza produzida historicamente (e, não, naturalmente produzida), universalmente subjugados, abandonados e desprezados, porquanto sobrantes para as necessidades médias do capital (IAMAMOTO, 2009, p. 31)

Para a coleta dos dados, foi realizada a pesquisa exploratória por meio de revisão bibliográfica e documental, bem como entrevistas semiestruturadas com estudantes usuários da Política de Assistência Estudantil, onde realizou-se estudo de caso, visando contribuir para a melhor compreensão dos fenômenos individuais e os processos organizacionais desta política, bem como sua importância e efetividade como estratégia de permanência dos jovens pobres na UNIFAP.

Sobre a pesquisa exploratória, segundo Gil (2002 p. 41) visa proporcionar maior familiaridade com o problema, ou seja, explicitá-lo. Geralmente, essa pesquisa assume a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso. O autor ainda considera que este tipo de pesquisa tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições, nesse caso, penso que prevalece a primeira hipótese.

Segundo Martinelli (1999):

> A pesquisa exploratória, categoria na qual se situa o estudo de caso, propõe uma busca e não uma verificação de informações. Seu objetivo é a descoberta de ideias que sejam úteis, críticas e norteadoras de novas atitudes em relação ao mundo (MARTINELLI, 1999 p. 50).

Dessa forma, a pesquisa exploratória aqui realizada num primeiro momento, utilizou-se da pesquisa bibliográfica de produções científicas, principalmente de livros e artigos científicos, onde os principais autores adotados para discutir a categorias jovens foram Abramo, Frigotto, Pais; e Rego e, para refletir sobre a pobreza foram Yazbek, Rocha e Diógenes, e outros. Utilizou-se também da pesquisa documental, consultando legislações, documentos e dados quantitativos de pesquisas realizadas pelo Intituto Brasileito de Geobrafia e Estatística - IBGE, pelo Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada - IPEA, pelo Fonaprace/Andifes, e outros que abordam a temáticas sobre as categorias jovens, pobreza e Assistência a Estudandil em seus diversos aspectos.

Esses instrumentos foram escolhidos porque servem de contribuição para o alcançe do objetivo de buscar respostas à problematização da pesquisa, na qual, a partir do resgate dos registros da Política de Assistência Estudantil, em documentos, dados e lesgislações em nível nacional e, no âmbito da UNIFAP especificamente no Departamento de Ações Comunitárias e Estudantil – DACE, bem como consultando referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as contribuições culturais e cientificas, fazendo também um levantamento histórico das Ações de Assistência Estudantil no Brasil e no âmbito da UNIFAP, foi possível chegar a algumas conclusões acerca da problemática em questão.

O segundo caminho seguido foi a realização de uma pesquisa com métodos de coleta de dados qualitativos e quantitativos dos estudantes usuários da política de Assistência Estudantil, com o objetivo de entender as estratégias de permanência dos jovens pobres nos cursos de graduações presenciais, bem como de investigar suas percepções em relação à Assistência Estudantil na UNIFAP, no sentido de identificar os principais desafios que permeiam a política, tentando trazer à tona o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado, para que não seja levada em consideração somente a visão de pesquisador em relação ao problema, mas também o que o sujeito tem a dizer a respeito. Sobre a pesquisa qualitativa e quantitativa, Martinelli (1999 p. 34) considera que:

> [...] a abordagem quantitativa, quando não exclusiva, serve de fundamento ao conhecimento produzido pela pesquisa qualitativa e diz que para alguns autores, a pesquisa quantitativa não deve ser oposta à pesquisa qualitativa, mas ambas devem sinergicamente convergir na complementaridade mútua, sem confinar os processos e questões metodológicas a limites que atribuam os métodos quantitativos exclusivamente ao positivismo ou aos métodos qualitativos ao pensamento interpretativo, ou seja, a fenomenologia, a dialética, a hermenêutica (MARTINELLI, 1999, p. 34).

Na busca pelos dados quantitativos dos estudantes foram utilizados como técnica de coleta, a exploração de documentos produzidos na UNIFAP e no FONAPRACE tais como: as edições de pesquisas realizadas nos anos 1996 a 2017 e, arquivos internos do setor, lugar se executa a política da Assistência Estudantil. Dados estes, contendo informações de faixa etária, sexo, etnia, raça, renda bruta familiar per capta, origem escolar, sistuação de moradia, ocupação profissional do principal

responsável da famíllia (no caso aqui, o que possui maior renda), e bens patriminiais das famílias dos estudantes usuários da política, especificamente os que possuem renda familiar per capta de até meio salário mínimo, sendo considerado como estudante em vulnerabilidade socioeconômica, o que chama-se aqui de “jovens pobres no ensino superior”, bem como outros dados relacionados à sua condição socioeconômica, tendo como recorte, os anos 2017 e 2018.

A pesquisa contou também com entrevistas realizadas com estudantes a partir da amostra de aproximadamente 5% do total dos atendidos pelo PNAES que se encontram em situação de vulnerabilidade socioecoonômica e possuem uma renda per capta familiar de até meio salário mínimo. As entrevistas realizadas foram no modelo semiestruturadas, ou seja, orientada por um breve roteiro previamente definido. A escolha por esse tipo de entrevista deu-se pelo fato de permitir aos informantes responderem livremente, usando linguagem própria e emitirem opiniões; dessa forma, pode-se elaborar um roteiro com perguntas principais, que foram eventualmente complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista, fazendo emergir informações de forma mais livre. “Uma entrevista pode oferecer elementos para corroborar evidências coletadas por outras fontes, possibilitando triangulações e consequente aumento do grau de confiabilidade do estudo” (MARTINS 2008, p. 27,28) o autor considera, também, que uma entrevista pode oferecer perspectivas diferentes sobre determinadas manifestação que podem ser percebidas a partir das falas e olhares distintos dos entrevistados, e que o uso de gravador deve ser praticado, evidentemente, com consentimento do entrevistado. Vale aqui reafirmar que as entrevistas possueiram uma abordagem qualitativa com a finalidade de apreender as estratégias de permanência dos estudantes nos cursos em que estão matriculados e de investigar, como apreendem técnica e politicamente a Assistência Estudantil na UNIFAP, elencando problemas e emitindo opiniões sentimentos e significados associados ao objeto da pesquisa.

2 JOVEM, POBREZA E DESIGUADADE SOCIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Sejam no campo da ciência, da política ou do senso comum, as concepções sobre jovens, pobreza e desigualdade social, podem apresentar algumas divergências na conceituação. No entanto, esse capítulo pretende situar os tais conceitos discutindo e relacionando-os com a temática da Política de Assistência Estudantil, no que diz respeito ao acesso e à permanência de jovens pobres no ensino superior. Nesse sentido, o capítulo trata sobre o conceito de jovens, pobreza e desigualdade social, no contexto do espaço universitário e desenvolve-se por meio de revisão bibliográfica utilizando autores que discutem essas temáticas.

Na primeira subseção desse capítulo, visando chegar à definição do que chama-se de "jovens pobres no ensino superior", faz-se primeiramente uma reflexão acerca da categorias “jovens”, entendedo-a como categoria social constituída socio-historicamente. Em seguida, na segunda subseção apresenta-se uma breve reflexão sobre a pobreza como expressão da questão social e fruto do conjunto das desigualdades sociais no Brasil, um país marcado pela grande concentração de renda cada vez mais crescente e que tem afetando diretamente os direitos da classe trabalhadora pobre, atingindo as famílias dos jovens e influenciando na questão do acesso e permanência destes no ensino superior. E na terceira, apresenta-se as características dos jovens do Amapá onde se discute as singularidades desses jovens, apresentando também as desigualdades regionais vividas por esse segmento, relacionando-as com o acesso e permanência no ensino superior.

2.1 JOVEM E JUVENTUDE SOB MÚLTIPLOS OLHARES

Falar sobre de jovens ou juventude é mais do que discorrer sobre simples palavras, suas definições ultrapassam, devido sua complexidade e dimensões, às compreensões de que sua definição se encontra apenas nas faixas etárias como único critério demarcador. O conteúdo a duração e o significado social atribuído nas fases vitais são construídos culturalmente e historicamente. É um conceito que exige tanto do

pesquisador, quanto mais ainda dos que atuam nesse campo de construção específica das políticas públicas para esse segmento, uma contínua necessidade de decifração. Ser jovem, de acordo com Diógenes (2012), é uma condição que mais se define por suas práticas, por suas formas diversas de atuação e de experimentação do que por conceituações e referenciais estáveis e fixos, pelo contrário, é movimentar-se em um campo ambíguo de conceituação. Dessa forma a juventude, consiste em uma categoria social heterogênea, que se constitui no movimento de épocas e sociedades distintas.

De acordo com Abramo (2005), o jovem nem sempre apareceu como uma etapa singular e demarcada, o autor considera que o segmento “jovem” nasce a partir da sociedade moderna e ocidental, onde os modos de transição para a fase adulta, ocorreram na concepção clássica, guardando marcos do tipo: deixar a escola; iniciação no mundo do trabalho; sair da família de origem; casar e formar um novo lar com ou sem filhos. No entanto, estudos têm demonstrado transformações nestes processos, transformações estas, que vem acontecendo em grande parte, pelas recentes mudanças no mundo do trabalho, bem como das possibilidades e padrões de inserção no mundo adulto. A autora destaca que o segmento da juventude não era foco de preocupações nem alvo de políticas públicas até os anos 1960, a atenção e visibilidade nos jovens brasileiros eram restritas a jovens escolarizados de classe média, reduzindo ou excluindo outros jovens que ficavam fora do escopo das ações e do debate sobre o direito e cidadania. Assim, concepção de juventude para além da adolescência em risco e, para além dos setores de classe média, é mais recente. Diógenes (2012) considera que a juventude se constitui como categoria social, no que tange à definição de um intervalo entre a infância e a vida adulta, apenas no fim do século XIX, ganhando contornos mais nítidos no início do século XX. Sendo deste modo a juventude, uma invenção moderna tecida em um terreno de constantes transformações.

Borgo (2014) afirma que a ideia que circula imaginário popular e pelas representações construídas historicamente na sociedade é de que a juventude seria uma fase entre a infância, a adolescência e a fase adulta, que seria dotada de potencial rebelde, revolucionário e transformador, por vezes remetendo a questões como um momento da vida onde se possui maior vitalidade, energia e potencial. Muitas vezes os jovens são percebidos também como imaturos e inexperientes, o que justificaria ações

tidas como inconsequentes, inescrupulosas. No entanto, o autor considera que se trata de uma concepção do senso comum que carrega em si questões que não podem ser desconsideradas, mas sim problematizadas, historicizadas e contextualizadas. Ainda sobre as concepções de senso comum, a juventude tem sido representada:

> [...] de modo negativo, por meio de estigmas e estereótipos. A depender do contexto sócio-político e econômico do qual se originam, os jovens são considerados perigosos, marginais, alienados, irresponsáveis, desinteressados ou desmotivados, e cada vez mais relacionados à violência e aos desvios de conduta (os meninos de rua, os arrastões, o surf ferroviário, as gangues, galeras e os atos de vandalismos) (KERBAUY, 2005, p. 8 apud DIÓGENES, 2012).

Para definir o conceito de juventude, alguns autores costumavam utilizar recortes etários, tendo a idade como ponto inicial. Quiroga (2001) afirma que nas décadas de 50 e 60 eram considerados jovens os que ainda não tinham completado 22 anos, seguindo a maioridade civil de 21 anos como um marco para definir a transição para a fase adulta. Afirma também que nos anos 70 houve uma mudança que prolongou essa transição para aproximadamente 24 anos.

Atualmente, definição de juventude ou população jovem, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, são pessoas na faixa etária entre 15 e 29 anos, tido como um segmento com importância social, política e cultural no conjunto da sociedade. Borgo (2014) considera que talvez a definição mais simples de juventude ainda esteja na faixa etária e relata que no Brasil a compreensão da juventude, a partir do recorte etário entre 15 e 29 anos adotado pelas agências de estatísticas e pesquisas, está definida na lei nº 11.129 de 30 de junho de 2005, em seu artigo 11, e nos serve como um primeiro parâmetro para uma definir os jovens no país (BRASIL, 2005 apud BORGO 2014, p. 25). No entanto, essa concepção de recorte etário, torna-se insuficiente com relação a diferentes concepções relacionadas ao modo de vida em que estão inseridos, principalmente nos aspectos culturais, e das especificidades locais, bem como em relação às questões de gênero e raça, nas quais se faz necessário discutir outras diferentes concepções de juventude, buscando entender a complexidade do tema.

As instituições de pesquisa e estatística, bem como os programas desenvolvidos por meio de políticas públicas para jovens têm utilizado esse recorte de

faixa etária de 15 a 29 anos para delimitar a fase jovem, no entanto, Abramo (2005) faz um alerta para a necessidade de relativizar tais marcos, pois segundo a autora, histórias pessoais de vida condicionadas pelas diferenças e desigualdades sociais de muitas ordens, produzem trajetórias diversas para os indivíduos concretos.

Para a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO,

> [...] a juventude refere-se a um período não necessariamente delimitado pela idade, mas que compreende outros fatores, relacionados a intensas transformações biológicas, psicológicas, sociais e culturais, que variam de acordo com as diferentes classes sociais, culturas, épocas, etnias, gênero, dentre outros determinantes (UNESCO, 2004).

Assim como a UNESCO, o Conselho Nacional da Juventude – CONJUVE (2011) também se manifesta por meio do documento base da 2º Conferência Nacional da Juventude, apontando para a compreensão da juventude para além da simples preparação para a vida adulta e adota a concepção de uma juventude diversificada e cheia de especificidades, que vai variar conforme for o nível da renda, do acesso às políticas públicas, conforme o gênero, a raça a orientação sexual, o local de moradia, entre outras questões. Esta concepção, defendida pelo CONJUVE, é fruto de um processo, ainda em curso, de construção de um referencial, e mais ainda, da desconstrução de ideias concebidas e enraizadas no senso comum.

Para aprofundar, ainda, a reflexão sobre a conceituação de Jovens, foi trazida a importante contribuição de Pais (1993), que faz uma discussão histórica, sociológica e cultural sobre o tema que, segundo sua análise, se divide em duas correntes teóricas: a geracional e a classista.

Na corrente geracional, a juventude é vista como grupos de indivíduos que se encontram numa dada fase da vida no qual os critérios etários têm uma participação determinante. Assim, nessa corrente é discutida a continuidade e descontinuidade intergeracional. A continuidade seria aquela geração jovem que reproduz e dá sequência à cultura adulta de suas gerações anteriores. Sobre descontinuidade, o autor diz existir uma cultura jovem que se coloca contra as culturas reproduzidas por outras gerações. Para Pais (1993, p. 38), “os conflitos ou descontinuidades intergeracionais são vistos, na maior parte dos casos, como disfunções nos processos de socialização”.

Essa corrente também afirma uma cultura juvenil que se caracteriza por ser contrária à cultura das outras gerações, podendo assumir diferentes tipos de descontinuidades intergeracionais que podem se manifestar, ora por socialização contínua, ora por rupturas, conflitos ou crises intergeracionais.

Sobre a corrente classista, é a que vê a juventude como um segmento com características diferentes, constituída de diversidades sociais, e culturais, das diferentes classes, de situações econômicas distintas e de várias dimensões sociais. De acordo com Pais (1993) são as que em suas reproduções sociais são vistas exclusivamente em termos de relação das classes sociais, e a sua transição para a fase adulta está relacionada com as desigualdades sociais, tais como a diferenciação de trabalhos para homens e mulheres e nas condições socioeconômica de cada jovem. Essa corrente leva em consideração que os jovens possuem culturas diferenciadas nas diversas classes sociais, o que demanda ação do Estado para proteção, por exemplo, de jovens trabalhadores formais ou informais oriundos das classes baixas, pois o contrário pode produzir resistência contra situações de dominação e opressões, e dessa forma criam seus grupos sociais próprios, conforme afirma o autor.

> Para a corrente classista, as culturas juvenis são sempre culturas de classe, isto é, são sempre entendidas como produtos de relações antagônicas de classe. Daí que as culturas juvenis sejam por esta corrente apresentadas como ‘culturas de resistência’, isto é, culturas negociadas no quadro de um contexto cultural determinado por relações de classe (PAIS, 1993 p. 48).

Quanto a vertente classista, existem algumas críticas que consideram a existência de culturas juvenis que não se manifestam como culturas de resistência e acabam ficando fora do interesse dessa corrente. No entanto, os teóricos da vertente insistem em demarcar todas as manifestações culturais juvenis como sendo de resistência ou de ter uma conotação política, o que faz sentido quando se olha para a juventude no contexto amapaense a que esta pesquisa se refere, onde se tem vários segmentos de luta e resistência tais como os indígenas, o movimento negro, e das comunidades ribeirinhas, dentre outros.

Bauman (2010) aponta um caminho diverso para se pensar a juventude contemporânea. O autor defende a ideia de que hoje, tanto a juventude como toda a sociedade, só pode ser vista sob um viés consumista no qual denomina como

“sociedade líquida”, que a partir do conceito de modernidade líquida nasce de um diagnóstico de época, em que a contemporaneidade é construída através dos pilares frágeis da insegurança e do consumo que torna a vida líquida, ou seja, ausente de referenciais morais e políticos, um mundo de consumidores, de indivíduos atomizados responsáveis solitários pelo sucesso e fracasso de suas próprias vidas marcadas pela flexibilidade que fragiliza as relações sociais e materiais. Relações de incertezas e de insegurança. Nesse viés, o autor faz a sua análise da juventude sob as características de consumo e ambivalência, onde o jovem passa a ser reconhecido na sociedade não por aquilo que é ou que construiu, mas pelo que é capaz de consumir. Uma juventude individual, a base do consumo, que cria relações superficiais e fluidas, não se prendendo a um determinado espaço e sem se preocupar muito com o futuro. Uma juventude em movimento, que quanto mais rápido se movimentam, mais conhecimento e poder vão adquirindo. Jovens que em frente ao computador ou smartphone, por meio das redes sociais, podem mover-se e adquirir mais aprendizado que estão à frente das gerações passadas. Assim, segundo o autor, a juventude segue vivendo como tal, menos no coletivo, no comunitário e nas responsabilidades individuais. Nessa vertente, o autor se mostra pessimista quando se depara com as relações sociais da juventude que, deixando de lado os aspectos morais, políticos e sociais acabam se tornando indivíduos inseguros e ainda mais sedentos de consumo.

No entanto, ao analisar a juventude sob a ótica do consumo, o autor dá margem para críticas em relação a que indivíduo jovem, pois, não se pode esquecer que em países como o Brasil, caracterizado por ser um país de profunda desigualdade social, muitos jovens não possuem poder de compra e consumo, são considerados excluídos na sociedade moderna líquida em que o autor se refere. A esses, o autor considera como juventude consumidora falha e os denominam de pessoas especiais, os jovens que remam na contramão do consumo, e não se rendem aos apelos do mercado.

No contexto brasileiro, a realidade é que grande parte dos jovens vivem em profundas mudanças de diferentes aspectos da vida, das quais estão diretamente ligadas a impactos decorrentes dos processos sociais em curso tanto no que diz respeito à família como no mundo do trabalho. Deferentes dimensões da vida individual

e social são apreendidas pelos jovens em contextos, tanto urbano quanto rural, que os tem atingido profundamente, e assim, faz-se necessário considerar que o seu lugar e os papéis que desempenham estão sempre em movimento e muitas vezes são incertos, num contexto marcado sobretudo pela crise e precariedade do emprego decorrentes das recentes reformas da legislação trabalhista, bem como das constantes e intensas mudanças no setor tecnológico do sistema de produção, processo que tem exigido o aumento médio de tempo para capacitação adequada para sua inserção no mercado de trabalho e exigindo também capacitação permanente dos indivíduos. Nesse sentido, aumentando o tempo médio de estudo exigido, o tempo de dependência do jovem ao grupo familiar se prolonga e sua autonomia, portanto, é adiada ou o jovem adquire uma autonomia relativa, mantendo-se dependente da família para sobreviver, fato que ao considerar outras dimensões da vida social, o torna vulnerável e cheio de incertezas quanto ao futuro.

Deste modo, a construção de um referencial de concepção de juventude, deve ir além das concebidas no senso comum, não devendo ser pensada de forma genérica, sem que se pense também no seu contexto social, histórico, geográfico. Deve considerar seus determinantes, sua pluralidade, diversidade, culturas e identidades, para que então, perceba-se que os jovens são sujeitos que podem expressar várias formas de exclusão, necessitando de políticas públicas para o atendimento integral e universal de suas necessidades, políticas estas, que venham ao encontro com suas demandas, que promova seu pleno desenvolvimento, e garantam também seus direitos para que tenham melhores condições de vida. Nesse sentido, Quiroga aponta que existem

> [...] uma multiplicidade de entendimento das questões que envolvem a juventude, nos mais variados contextos, inserida em diversos segmentos sociais e em momentos históricos determinados, influenciando e sendo influenciado por sua condição social expressa em situações objetivas e subjetivas de vida (QUIROGA, 2001).

Assim, chegando ao denominador de que não existe uma concepção social única para caracterizar e delimitar o segmento jovem ou juventude, visto que se trata de uma categoria em permanente construção sócio-histórica, corroboro com a ideia de pensar nas diferentes juventudes e suas diferentes identidades como questão central,

entendendo com o autor que a categoria jovem deve ser vista em sua realidade social concreta em movimento, mudando ou não o transcurso da história e, em cada sociedade, onde se constitui permanente e renovada. Acerca da multiplicidade de perfis da juventude, não se pode esquecer as diferenças e desigualdades que perpassam esta condição. Para o autor, a juventude é tanto patrão quanto operário, homossexual, bissexual, heterossexual, cristã, atéia, mística, negra, branca, indígena, oriental, mulher, homem, com suas diversidades.

Frigotto (2004, p.181) também aponta acerca da importância de se levar em consideração as particularidades e singularidades sem, portanto, cair em perspectivas fragmentadas, pois para ele os jovens como sujeitos, “teimam em ser uma unidade do diverso tanto econômico, como cultural, étnico, de gênero de religião” o que reforça a perspectiva de análise da juventude sob múltiplos olhares considerando aspectos centrais que se entrelaçam. Aspectos como sua historicidade, ou seja, como conjunto dos fatores que constituem a história e que, podem ou não condicionar seu comportamento em uma dada situação; ver o jovem como ser social no centro de disputa e na produção de símbolos, códigos, imagens do que já está formado para reprodução, ou para questioná-los permitindo criar novos modelos de se viver a juventude; outro aspecto a se considerar é o econômico relacionado ao emprego e renda. Nessa perspectiva, a juventude tem vivido em grandes tensões, pois, é tida como mercadoria a partir da precarização da formação técnica e profissional, bem como da problemática de inserção ocupacional que geralmente requer a experiência do primeiro emprego e, de maneira geral, é marcada pela precariedade salarial, e também do crescente fenômeno do emprego informal.

Ribeiro (2018, p. 2) considera a juventude, enquanto categoria inventada e construída, que carrega discursos dos mais díspares e considera que sua noção conceitual precisa ser refletida com muito cuidado, e citando Dayrell (2003, p 42), entende:

> [...] que a juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação. Este entendimento permite considerar a diversidade que engloba a noção de juventude. “Uma diversidade que se concretiza com base nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias, identidades religiosas, valores) e de gênero, e das regiões geográficas, dentre outros aspectos” (DAYRELL 2003 p. 42 apud RIBEIRO 2018 p.308).

Assim, concorda-se com o autor quando este considera que a concepção da categoria jovem não é tarefa fácil, pois é parte de um processo mais amplo de constituição dos sujeitos e, principalmente, porque os critérios que a constituem são históricos e culturais. Quiroga (2001) afirma não existir critério comum para conceituação da categoria jovem, sendo que cada autor dá importância a uma ou outra dimensão que configure sua realidade expressando uma maneira de entendê-la enquanto expressão real da juventude como categoria social. Dessa forma, esta pesquisa, sem deixar de considerar a multiplicidade de concepções que definem o “ser jovem”, analisando suas diferenças e desigualdade social em diversas dimensões, tais como: as relacionadas à sua história, sua vivencia familiar, acadêmica, questões étnico raciais, valores religiosos, de gênero, sua região de origem, localidade, entre outros fatores que os diferenciam e ao mesmo tempo os tornam comuns, também adotará o recorte etário conforme as agências de estatísticas e pesquisas e, que está definida na lei nº 11.129 de 30 de junho de 2005, em seu artigo 11, conforme já citado em parágrafo acima, para fins de delimitação de público alvo para políticas públicas, bem como em conformidade com a Lei n. 12.852 de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude e garante os diretos dos jovens, considerando-os pessoas na faixa etária entre 15 e 29 anos (BRASIL, 2013).

Compreender as muitas formas de ser da condição de “ser jovem”, nos faz também refletir também acerca dos diversos fenômenos sociais que os atinge, pois, é notório que a juventude contemporânea vive na tensão entre a busca de sua emancipação pessoal e a subordinação às imposições do sistema capitalista de produção que inclui, a imposição de consumo e domínio dos mecanismos tecnológicos e globalizados e, de outro, a informalidade no trabalho, o desemprego, o subemprego, às recentes desproteções trabalhistas e, consequentemente, a “pobreza”.

2.2 POBREZA, CONCEITOS E CONTEXTO

Para refletir sobre a pobreza faz-se necessário primeiramente entendê-la como expressão da questão social, e esta, como fruto do conjunto das desigualdades sociais no Brasil.

A questão social aqui apreendida como o conjunto das expressões da sociedade capitalista, consiste em um dos elementos na metodologia e análise crítica da categoria profissional dos Assistentes Sociais, no qual a pesquisadora se inclui , no que concerne a relação desses profissionais com realidade contemporânea, no sentido em que, tem se tornado base de fundação sócio-histórica da profissão. Sobre isso, Marilda Iamamoto (2008) afirma que a questão social se constitui matéria prima do trabalho dos assistentes sociais e suas múltiplas expressões afirmando, também, que o serviço social tem na questão social a base de sua fundação como especialização do trabalho, e assim, define que:

> [...] questão social é apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2009, p. 27).

A pobreza, uma das manifestações da questão social e, expressão direta das relações constantes na sociedade, está localizada no âmbito de relações “constitutivas de um padrão de desenvolvimento capitalista, extremamente desigual, em que convivem acumulação e miséria”. Dessa forma, Yazbek (2012) define a população pobre, como produto dessas relações, que produzem e reproduzem a desigualdade no espaço social, político, cultural e econômico, onde se define para eles (os “pobres”) um lugar na sociedade.

> [...] um lugar onde são desqualificados por suas crenças, seu modo de se expressar e seu comportamento social, sinais de “qualidades negativas” e indesejáveis que lhes são conferidas por sua procedência de classe, por sua condição social. Este lugar tem contornos ligados à própria trama social que gera a desigualdade e que se expressa não apenas em circunstâncias econômicas, sociais e políticas, mas também nos valores culturais das classes subalternas e de seus interlocutores na vida social (YAZBEK, 2012, p. 289).

Para definir a pobreza, essa autora ainda enfatiza que fatores como tempo e lugar são determinantes e, sua constituição é também histórica e social, expressão direta das relações sociais, que não se reduz na dimensão econômica nem a privações materiais, mas como uma categoria multidimensional, assim, pode-se afirmar que a pobreza não se caracteriza apenas pelo não acesso ou acesso precário aos bens

socialmente produzidos, mas como uma categoria também política que se revela pela carência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidades e de esperanças.

Sônia Rocha (2006), quando faz a reflexão sobre a pobreza no Brasil, afirma que se trata de um fenômeno complexo e que, se definido de forma genérica, é entendido como “a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada, e em última instância, ser pobre significa não dispor de meios para operar adequadamente o grupo social em que se vive”. No entanto, “a persistência de amplos contingentes populacionais cronicamente privados do atendimento às necessidades mais essenciais” é o entendimento quando se trata de pobreza numa abordagem internacional (ROCHA, 2006 p. 10.). Ainda citando essa autora, definir um conceito de pobreza que seja relevante, bem como escolher procedimentos adequados para medi-la, seria o “resultado de uma análise sensata e cuidadosa de cada realidade social especificamente”.

Para dimensionar e medir a pobreza, indicadores de renda e emprego, ao lado do não acesso ou acesso precário às políticas púbicas de educação, saúde, habitação, transporte, previdência, tem sido usado como determinante de padrões de vida das pessoas. No entanto, ainda existe a forte tendência que marca a dimensão da renda, o que acaba indo contra a definição de Yazbek (2009), quando identifica o pobre, como aquele que de modo temporário ou permanente, não tem acesso ao mínimo de bens e recursos, sendo, portanto, excluídos da riqueza social.

Rocha (2006), ainda refletindo sobre a forma de medir pobreza, faz alguns questionamentos como: quem são os pobres em termos de um conjunto de características básicas? Ou, qual o perfil dos pobres? Como identificar os traços essenciais da pobreza em determinada sociedade? Como saber se tal pobreza é generalizada ou atinge a maior parte da população e quais são seus determinantes? Será um fenômeno crônico ou associa-se a mudanças econômicas e tecnológicas? Quais são seus principais sintomas? Será subnutrição, baixa escolaridade, falta de acesso aos serviços básicos, desemprego ou subemprego? Ou marginalidade? Nessa linha de pensamento, a autora apresenta e define a pobreza em: absoluta e relativa, onde para ela a pobreza absoluta está estreitamente vinculada às questões de

sobrevivência física; portanto, o não atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital. Já o conceito de pobreza relativa define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, o que significa, incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objetivo social. Implica, consequentemente, delimitar um conjunto de indivíduos “relativamente pobres” em sociedades onde o mínimo vital já é garantido a todos (SONIA 2006, p. 11).

Tanto a abordagem de pobreza absoluta quanto de pobreza relativa utiliza à variável da renda e, “sua mensuração se dá por meio de definir uma linha de indigência ou pobreza, atribuindo como papel central, a renda proxy de bem estar” (ROCHA 2007).

Segundo publicação do até então chamado Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome – MDS (2014) sobre a forma de medir, a pobreza brasileira para o Programa Brasil sem Miséria, em países como o Brasil, com grande proporção populacional urbana e grande economia de mercado, o uso das linhas de pobreza absoluta, podem ser mais apropriadas. Uma abordagem unidimensional propicia uma boa aproximação das várias dimensões da situação de pobreza do público-alvo, trazendo, por meio da linha monetária, vantagens da simplicidade e da transparência, o que facilita o acompanhamento pela sociedade. E explicam que não significa que deixem de lado o ponto de vista multidimensional. Nessa mesma linha, Sônia Rocha (2006) também considera que em países como o Brasil, com economia monetizada, mas que possui um importante contingente da população desprivilegiada, a “abordagem de pobreza absoluta ainda é relevante”, e complementa que:

> [...] em função da disponibilidade de dados, a utilização de linhas de pobreza absoluta definidas a partir da composição do consumo observado em populações de baixa renda é um procedimento adequado para delimitar como indigentes e como pobres subpopulações a serem alvo de políticas públicas específicas (ROCHA, 2006, p. 27).

Entretanto, Rocha (2006) segue alertando que esse tipo de abordagem deve ser apenas um ponto de partida para estabelecer linhas de indigência e pobreza, e segue destacando ainda que, além da abordagem que utiliza a variável renda (análise de renda), surgiu também a Basic Needs, uma abordagem baseada em indicadores sociais relacionados às necessidades básicas das pessoas. Essa abordagem utiliza indicadores relacionados à desnutrição como medida da pobreza e refere-se à ideia de

pobreza absoluta, cujos pobres são as pessoas que não possuem suas necessidades básicas atendidas, nesse caso, aquelas relacionadas à sobrevivência física das pessoas. Esse conceito, a autora afirma que surge, a partir do entendimento de que o enfrentamento à pobreza e implementação de políticas públicas que reduzisse a desigualdade social, implicavam intervenção do governo, e que os efeitos em termos da oferta de serviços, subsídios e outros benefícios não se refletem através da renda, corroborou para a utilização de indicadores sociais, além da renda como medidas de bem estar.

Sobre a abordagem de renda, Rego (2015) alerta para o fato de que, infelizmente, existem muitos preconceitos em relação às pessoas pobres, a maioria deles baseados em falta de conhecimento sobre o tema, e afirma ser importante ter uma visão mais complexa e ampla da pobreza no Brasil, para evitar erros de concepções, como por exemplo, o de identificar a pobreza com um baixo nível de renda ou de riqueza, e segue dizendo que embora a renda baixa ou nula represente um elemento essencial na definição de pobreza, não pode ser considerado como único aspecto, pois se faz necessário considerar que existem facetas da pobreza que não se deixam compreender com facilidade. Nesse sentido a autora segue enfatizando que:

> A própria definição da pobreza com base na renda representa, em certo sentido, um ato arbitrário. Vejamos, por exemplo, no caso do Brasil, o estabelecimento por parte do governo da linha que separa pobreza – renda mensal per capita de até R$ 154 – e pobreza extrema –renda mensal de até R$ 77 por pessoa. É difícil dizer que quem recebe R$ 80 encontra-se em situação melhor que quem recebe só R$ 77, assim como é complicado afirmar que quem recebe R$ 160 não seria pobre. Da mesma maneira, a presença ou a ausência de políticas públicas específicas e de serviços públicos afetam profundamente a vida das camadas mais vulneráveis da população (REGO, 2015, p. 19).

Assim, concorda-se com a autora quando afirma que outros indicadores deveriam ser considerados quando se busca entender a pobreza no Brasil, devem conter variáveis que permitam perceber e distinguir as diferentes realidades e dificuldades enfrentadas pelos indivíduos, como por exemplo, a classe social a que pertence. E principalmente, que leve em consideração as desigualdades regionais e o espaço geográfico onde se está inserido. Nesse sentido, no caso da região amazônica onde se encontra o Amapá, o indivíduo pode ser ribeirinho, caboclo, indígena,

quilombola ou um pequeno agricultor residente em localidade de difícil acesso, distante de áreas urbanas, população esquecida, com pouca ou nenhuma estrutura de serviços públicos como educação, saúde entre outros, que tornam seus padrões de vida limitado e precário. Pode ser um indivíduo que vive de pesca, da extração do açaí, da produção de farinha em pequenas proporções, ou de pequenas plantações para subsistência familiar. Ou pode ser também aquele indivíduo pobre que reside em áreas urbanas, no entento, pode não possuir trabalho formal, vivendo de “pequenos bicos”, não possui casa própria, ou possui de forma precária, em locais de invasão, ou até mesmo construídas irregularmente em áreas de ressaca (áreas alagadas, palafitas), com exposição direta a todo tipo de violência e, conforme Potilho (2010), são indivíduos que se tornam invisíveis com suas realidades distintas e singulares e que muitas vezes são vistos de forma estereotipadas como não civilizados, rústicos, matuto, caipira entre outros.

Iamamoto ao refletir sobre a noção de pobreza afirma que já foi apresentada por vários estereótipos socias e, citando Nascimento[2] diz que:

> Nos anos 1950, a pobreza foi construída em torno da imagem do Jeca Tatu – preguiçoso, indolente, sem ambição; nos anos 1960, a imagem da pobreza passou a ser representada pela figura do malandro, aquele que não trabalha, mas vive espertamente, sendo objeto de desprezo e da indiferença, Hoje, a imagem da pobreza é radicalizada: é o perigoso, o transgressor, o que rouba e não trabalha, sujeito à repressão e à extinção. São as “classes perigosas”, e não mais laboriosas, destinatárias de repressão. Reforça-se assim a violência institucionalizada, colocando-se em risco o direito a própria vida (NASCIMENTO 1993, apud IAMAMOTO, 2009, p. 42).

O Brasil tem sido um país marcado pela sua grande extensão e também por sua ampla diversidade social e cultural e, dessa forma, assim como as singularidades apresentadas no Amapá, outras regiões também possuem suas características regionais próprias que podem servir de parâmetros para dimensionar a pobreza brasileira, no entanto, é necessário antes reconhecer o Brasil como um país extremamente desigual e marcado pela concentração de renda que segue desequilibrando a vida de um grande segmento da população, tanto no aspecto

[2] NASCIMENTO, E. P. “Projetos nacionais e exclusão social”. In: Planejamento e políticas públicas nº 10. Brasília, IPEA, dezembro de 1993, apud YAMAMOTO, M. V. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional, 18ª ed. – São Paulo, Cortez, 2009.

econômico como educacional, cultural e, essa situação tem colocado o país entre os de maior concentração de renda, onde é possível perceber que a maioria da população tem ficado à mercê de uma minoria que detém a maior parte do capital econômico e dos meios de produção, gerando desigualdade social decorrente principalmente da má distribuição de renda e falta de investimento em políticas públicas como as das áreas educacionais, sociais, de saúde.

Vale ressaltar que a desigualdade social aqui é entendida como um fenômeno que afeta principalmente os países subdesenvolvidos, onde não existe equilíbrio no padrão de vida a população tanto no âmbito econômico como no educacional, profissional e de gênero. Entretanto, pode-se dizer que principal fator constituinte da desigualdade social está no aspecto econômico, quando a renda é distribuída de forma heterogênea numa sociedade, quando uma minoria possui muito, em detrimento de outra parcela da população que vivem em extrema miséria. Porém, além do fator econômico, a desigualdade social se apresenta também pelo não acesso ou acesso precário aos serviços públicos entre outras características. Sobre isso, Yazbek (2012) citando Sposati (1996) corrobora com a autora afirmando que é inviável o enfrentamento das condições de desigualdade social e pobreza sem que haja mudanças estruturais no modelo econômico de concentração de renda, e reflete que:

> Abordar aqueles que socialmente são constituídos como pobres é penetrar num universo de dimensões insuspeitadas. Universo marcado pela subalternidade, pela revolta silenciosa, pela humilhação e fadiga, pela crença na felicidade das gerações futuras, pela alienação e resistência e, sobretudo pelas estratégias para melhor sobreviver, apesar de tudo. Embora a renda se configure como elemento essencial para a identificação da pobreza, o acesso a bens, recursos e serviços sociais, ao lado de outros meios complementares de sobrevivência, precisa ser considerado para definir situações de pobreza (YAZBEK, 2012, p. 291).

A criação de programas de transferência de renda do sistema de proteção social no Brasil, como tentativa de garantir condições mínimas de sobrevivência às pessoas que se encontram na linha da pobreza ou abaixo dela, com políticas sociais não contributiva, possuem uma concepção voltada primeiro para o aumento da renda, tentando garantir a sobrevivência de um grande segmento da população brasileira, no entanto, essas políticas não altera estruturalmente as situações de desigualdade social e econômica em que seus usuários estão inseridos. Para Silva (2010), esse tipo de

políticas e programas têm até incluído pessoas nos processos econômicos de produção e consumo, portanto, “trata-se de uma integração da pobreza e da indigência de modo marginal e precário”, criando, segundo a autora, um segmento de pobres integrados mantidos na situação de mera reprodução, com a pobreza regulada ou controlada, mas não superada.

Sobre a relação entre pobreza e educação no Brasil, Jessé Souza (2009) considera dois fatores problemáticos identificados na educação básica que, no meu ver vem influenciar significativamente a questão do acesso e permanência do seguimento jovem ao ensino superior. Segundo ele, a “desorganização familiar e a “má-fé instituciocnal”, determinam as trajetórias de vidas que podem levar crianças e jovens ao abandono escolar, e dessa forma ficarem marcadas pelo fracasso escolar e posteriormente profissional. Sobre desorganização familiar, segundo o autor, é o tipo de familia marcada pela desorganização tanto da vida econômica quanto moral de seus integrantes, seria aquela que não consegue cumprir a função de garantir o desenvolvimento satisfatório entre seus membros, não conseguindo também garantir aos filhos a segurança de se sentir amado. Souza (2009) em suas reflexões, ressalta que ao falar sobre a família organizada não está afirmando que é aquela em que, necessariamente, deva existir a figura biológica do pai e da mãe mas, aquela em que as “funções sociais de pai e mãe sejam preenchidas, independentemente do vínculo biológico”, devendo ser qualquer pessoa que cumpra a função de amar, proteger e cuidar, e que garanta um ambiente seguro, equilibrado, satisfazendo as demandas afetivas e de autoconfiança, o que considera fator positivo para o desenvolvimento e sucesso educacional.

Ja sobre a má-fé institucional, o autor diz que trata-se de

> [...] um padrão de ação institucional que se articula tanto no nível do Estado, através dos planejamentos e das decisões quanto à alocação de recursos, quanto no nível do micropoder, quer dizer,no nível das relações de poder cotidianas entre os indivíduos que, dependendo do lugar que ocupam na hierarquia social, podem mobilizar de forma diferente os recursos materiais e simbólicos que as instituições oferecem (SOUZA , 2009, p. 295).

Nesse sentido, o autor colabora com a discução acerca da desigualdade social no âmbito educacional no que diz respeito à permanência escolar quando faz

críticas às instituições educacionais brasileiras, que no uso das relações de poder cotidianas, cuja as avaliações corriqueiras praticadas pelos seus agentes medem a capacidade de cada estudante, permitindo uma classificação que separa aqueles que se ajustam às exigências impostas e consegue ter um bom desempenho e, “aqueles que não se ajustam e fracassam, ou seja, os que podem ser úteis futuramente à sociedade e aqueles que são fadados ao facasso e às posições desqualificadas e pouco úteis”. Assim, Souza (2009) ainda considera que os indivíduos que não se enquadram nos princípios exigidos na instituição educacional são desvalorizados perante os olhos de toda a sociedade, marginalizados e condenados a uma posição de cidadão de segunda, que ele chama e classifica como classe, “ralé”, os considerados inúteis aos objetivos da sociedade. Para ele, nesse sistema educacional, tudo que não se enquadra às normas disciplinares impostas se torna passível de punição, nas palavas do autor, servindo para castigar os “maus” alunos e reafirmar perante todos, a sua “incapacidade”atribuída à sua falta de vontade nos estudos, sua preguiça ou desinteresse.

Dessa forma, a partir das reflexões feitas aqui, e corroborando com os autores citados acerca da conceituação das categorias jovem, juventude e pobreza, bem como da relação dessas categorias com a política de Educação e Assistência Estudantil, penso o desafio posto está em que a sociedade deva cobrar do Estado a formulação de outras modalidades de políticas que ultrapassem a imediaticidade da transferência de renda, políticas efetivas e reestruturadas que visam garantir direitos educacionais já conquistados em lei, mas que não se concretizaram na prática, como exemplo, o acesso e permanência da educação em todos os níveis.

2.3 JOVENS AMAPAENSE: DESIGUALDADES SOCIAIS E REGIONAIS NO CONTEXTO AMAZÔNICO

> “Quem nunca viu o Amazonas, nunca irá entender a vida de um povo de alma e cor brasileiras, suas conquistas ribeiras seu ritmo novo. Não contará nossa história, por não saber, ou por não fazer jus, não curtirá nossas festas, Tucujú. Quem avistar o Amazonas nesse momento, e souber transbordar de tanto amor, esse terá entendido o jeito de ser do povo daqui” (Joãozinho Gomes e Val Milhomem).

Para introduzir a contextualização e caracterização da juventude amapaense e suas desigualdades sociais e regionais no âmbito da Universidade Federal do Amapá (Campus Marco Zero), faz-se necessário situá-la em seu espaço geográfico. Dessa forma, começo citando acima um trecho da letra da música “jeito tucuju” cantada por compositores amapaenses, expressando aqui, minha emoção em refletir sobre a juventude no contexto amazônico com suas expressões sociais e culturais que, mesmo não sendo nascida neste Estado, muito me inspira e tem me feito entender “o jeito de ser do povo daqui”. Tucuju foi uma etnia indígena, atualmente extinta, que habitava a margem esquerda da foz do rio amazonas, onde localiza-se a cidade Macapá capital do Estado do Amapá.

O Estado do Amapá pertence à região amazônica e constitui uma das 27 unidades federativas do Brasil. Localizado na Região Norte, faz limite com estado do Pará, a oeste e sul, com Oceano Atlântico a nordeste; com foz do Rio Amazonas, a leste; faz fronteira com Guiana Francesa, a norte e com o Suriname, a noroeste. Macapá, conhecida como “cidade o meio do mundo”. Macapá, é a única capital brasileira às margens do maior rio de água doce do mundo, o Rio Amazonas, e é cortada pela linha do Equador, além de ser o local onde se localiza a sede da Universidade Federal do Amapá – Campus Marco Zero, espaço onde se situa esta pesquisa. O Estado do Amapá possui atualmente 16 municípios e, acordo com dados recentes do IBGE (2018), sua população estimada está em torno de 829.494 mil pessoas e, possui uma área total de 142.470,762 km², sendo uma média de 4,69 km² por habitante. A renda média per capita por habitantes em 2014 era de R$753,00 e em 1018 de R$857,00.

A região foi povoada e teve grande impulso a partir do século XIX, com a descoberta de ouro, no rio calçoene e a exploração da borracha. No século XX houve um aumento populacional determinado principalmente pela mineração. O primeiro censo no Estado aconteceu em 1950, na ocasião foi detectado cerca de 37 mil habitantes (IBGE, 2018).

O Amapá se tornou Estado a partir Constituição de 1988 e sua economia é baseada na agricultura, pecuária, produção do manganês, plantio de arroz, milho, feijão e mandioca, extração de ouro, na atividade de pesca, criação de búfalos, bem como no

extrativismo e no manejo da floresta. De acordo com a Secretaria de Turismo do Amapá - SETUR, o Estado do Amapá junto com o Pará, possui um dos maiores parques florestais do planeta, com uma área de aproximadamente 3,8 milhões de hectares, denominada de Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque.

Sobre Macapá, a capital do Amapá, existe, segundo dados do IBGE (2018), uma área territorial de 6.563,849 km², e uma população estimada de 493.634 mil pessoas, sendo que, a população jovem na faixa etária de 15 à 29 anos, são um total de 123.943 mil. A população de Macapá, assim como em outras cidades brasileiras, é composta pelo processo de miscigenação entre populações europeias, africanas e indígenas.

O Amapá, conforme dados do Instituto de Pesquisa e Formação Indígena, abriga vários tipos de etnias indígenas, distribuídas em 49 aldeias que possuem pleno domínio de suas terras, línguas e culturas específicas. São eles: Galibi, Karipuna, Palicur, Tiriyó, Kaxuyana, Wayana, Apalaí e Waiãpi. Além da população indígena, segundo informações da Fundação Palmares, no Amapá existem 40 comunidades remanescentes de quilombos com certidões expedidas conforme atualização da portaria nº 34/2019, e publicada no dou de 18/02/2019, e também um grande segmento de população ribeirinha, que residem o interior às margens dos rios que cortam o Estado.

Dadas as característica do Amapá e sua capital Macapá, vimos que apresentam uma juventude oriunda tanto das áreas urbanas como rurais, tais como ribeirinhos, indígenas e quilombolas, e que se constitui numa região grande e rica em biodiversidade e cultura, o que caracteriza e torna possível percepção os mais diversos tipos de juventude existente no Amapá, com suas especificidades e singularidades, necessitando assim, de olhares diferenciados acerca de suas desigualdades regionais apresentadas.

Além das caracterísitcas apresentadas em relação às comunidades tradicionais existentes no Amapá, não podemos deixar despercebido a juventude de amapaenses residente em áreas urbanas, onde grande parte desse segmento convive com problemas, tais como pouca escolaridade, desemprego ou emprego precário, são oriundos em grupos familiares com pouca ou nenhuma estabilidade financeira e

habitações em áreas de risco social. Sobre esses problemas, a Pesquisa Síntese de Indicadores Sociais – SIS, que integra o IBGE, mostrou que entre 2016 e 2017, no Amapá, houve um aumento no número de pessoas vivendo em situação de pobreza. A proporção de habitantes que têm renda inferior a R$406,00 por mês, definição estabelecida pelo Banco Mundial - saltou de 41,5% para 45,9%, totalizando mais de 300 mil amapaenses nessa condição. A média amapaense ficou bem superior a nacional com 26,5% (IBGE, 2017). A mesma pesquisa retrata também que dentre as unidades da federação, o Amapá apresenta a maior taxa de desocupação para jovens de 16 a 29 anos de idade, que foi de 29,2% em 2016, o que é acima do valor nacional, que no conjunto com outros indicadores de vulnerabilidade socioeconômica, retrata mais uma vez a necessidade de se pensar uma forma de superação dessa desigualdade social e regional aqui apresentada, para que sejam garantidos os direitos sociais dos jovens amapaenses.

Sobre os tipos de habitações em áreas de risco social,

> De acordo com o censo de 2010 aproximadamente 90% da população residente no Estado está concentrada em áreas urbanas (IBGE, 2010). A grande concentração da população em áreas urbanas amplia os problemas sociais, com poucas oportunidades de trabalho e renda, insuficiência de habitações adequadas, deficiência e/ou insuficiência de transporte público, saneamento deficiente, insuficiência e deficiências em serviços educacionais e de saúde. O fato de ser considerado um dos Estados mais urbanizados longe de representar um indicador positivo para o Amapá demonstra uma forte desigualdade territorial e social (SOUZA, 2014 p. 21).

Esses problemas apresentados são decorrentes da concentração nas áreas urbanas, e parte da população, em sua maioria, são pessoas que se deslocaram para o Amapá nos últimos 30 anos, e aqui seguem vivendo em áreas desestruturadas. Segundo dados do IBGE (2010), 20% da população residem em habitações com condições subnormais, concentrados em áreas úmidas, denominadas ressacas, ou áreas de ponte. As áreas úmidas, são importantes para manutenção do clima dessa região, no entanto para habitação, são consideradas como áreas extremamente vulneráveis, no que se refere à infraestrutura de saneamento básico, segundo Takiyama (2012 apud SOUZA, 2014 p.22) sua ocupação reproduz o modo de vida das populações ribeirinhas localizadas nos ambientes rurais do Amapá, encontrada em

grande escala no ambiente amazônico, porém acrescida de toda a desestruturação proveniente da ocupação irregular de espaços ambientalmente fragilizados.

E no que diz respeito ao acesso da população jovem amapaense ao ensino superior, embora a Constituição de 1988 preconiza acerca do direito universal a educação em todos os níveis, o que se vê na prática é que existe uma universalidade parcial, pois na execução da política educacional, o Estado tem se eximido cada vez mais, de melhora-la e amplia-la, e com isso, parte da população se vê excluída desse direito.

A UNIFAP, tanto no campus sede, como em mais três *campi* localizados nos municípios de Mazagão; Santana e Oiapoque, vem sendo palco dessa juventude diversa, no entanto, mesmo com a implementação de políticas de acesso por cotas para esse público, que gradativamente tem sido incluído no ensino superior, faz-se necessário garantir também a continuidade dessas políticas, bem como das políticas de permanência estudantil, para que então, essa juventude diversa que tem chegado na universidade possam caminhar rumo ao final da trajetória acadêmica com sucesso.

Os dados da IV pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras (FONAPRACE, 2014), tem identificado a composição da juventude inserida em cursos de graduação superior no Brasil retratando também as especificidades da região norte, que em geral, possuem características semelhantes às do Amapá. Em relação aos dados nacionais sobre os estudantes matriculados nas IFES nos aspectos de cor ou raça, mostra que, na região norte, 60,68% dos estudantes se declararam pardos, 22,11% se declararam brancos, 9,79% pretos não quilombolas, pretos quilombolas 0,82%, indígenas não aldeados 0,81% e indígenas aldeados 1,03%; enquanto que na média Nacional, 37% se declaram pardos, 45,67% de declaram brancos, 9,37% pretos não quilombolas, 0,45% pretos quilombolas, 0,39% indígena não aldeado e 0,25 indígena aldeado. Nesse sentido pode-se perceber na região norte, uma população predominantemente parda, em relação à média nacional e isso se dá pelo processo de miscigenação e mestiçagem da mistura racial da composição histórica no desenvolvimento dessa região que inclui o Estado do Amapá e sua capital Macapá.

A pesquisa ainda traz dados que revelam algumas especificidades que

caracterizam a singularidade dos estudantes matriculados nas IFES da região norte em relação a todas as regiões do Brasil. Um exemplo disso são os dados que revelam que entre os que se declaram pretos quilombolas a maior concentração em relação a outras regiões, está primeiro no nordeste com 36% e em seguida na região norte com 24% e, quanto aos estudantes pertencentes à categoria dos Indígenas aldeados, 54% estudam nas IFES da região norte e, entre os indígenas não aldeados, a maior concentração destes se dão na região nordeste (36%), seguida da região norte (27%). Dessa forma, os dados reforçam o debate da necessidade de um olhar diferenciado para a juventude amazônica, e isso inclui o Amapá, no sentido de se observar as desigualdades regionais existentes.

Acerca do acesso de jovens pertencentes às comunidades tradicionais ao ensino superior, especificamente na UNIFAP, existe uma política e acesso e oferta de cursos específicos, como por exemplo, o de licenciatura em educação no campo ofertado em um dos Campus da UNIFAP, localizado no município de Mazagão, destinado preferencialmente para as populações do campo como professores das áreas rurais do Amapá em efetivo exercício nas escolas da rede municipal e estadual de ensino, ribeirinhos, pescadores, agricultores, assentados, filhos de assentados ou com vínculo direto com os projetos de assentamento da reforma agrária, caiçaras, extrativistas, quilombolas e atingidos por barragens. A UNIFAP também oferta o Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, que foi criado pela Resolução nº 021/06, CONSU/UNIFAP de 11 de setembro de 2006, com o objetivo de formar e habilitar professores indígenas, prioritariamente dos povos e comunidades do Amapá e do Norte do Pará, para o magistério na Educação Básica em escolas indígenas.

Além desses cursos específicos citados acima, em 2018, em decorrência das reivindicações de representações tanto de lideranças dos povos indígenas do Amapá, quanto dos quilombolas e por recomendação do Ministério Público Federal, foi publicado o primeiro edital de processo seletivo extraordinário de ingresso de indígenas e quilombolas, com reserva de vagas em todos os cursos de graduação ofertados no Campus Binacional, em Oiapoque, de maneira a assegurar o efetivo ingresso desses povos no ensino superior, já que para eles, deve ser garantida a educação diferenciada.

Assim, o que se nota nesta região é a necessidade de consolidação das

políticas educacionais de acesso e permanência específicas levando em consideração essa juventude tão diversa, deixando de lado, a tentativa de “desenvolvê-la” de acordo com os moldes específicos da sociedade urbana e capitalista do restante do Brasil, que não levar em consideração o que suas populações tradicionais têm a acrescentar neste cenário e, com isso, conforme afirma Cardoso apud Furtado (2014), “a Amazônia tem sido atingida pelos resultados negativos de uma ação desenvolvimentista, inadequada, excludente e perversa”.

3 TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO BRASILEIRO E NA UNIFAP

Neste capítulo será contextualizada a trajetória da constituição das políticas de acesso e permanência de “jovens pobres no ensino superior” no Brasil e na UNIFAP, onde será apresentado primeiro um breve contexto do processo de democratização do ensino superior no que tange as políticas de acesso e permanência por meio de políticas púbicas como Pograma Universidade para Todos - ProUni, o Plano de Reestruturação e Expansão da Universidades Federais - Reuni, A Lei nº 12.711/2012 que prevê reservas de cotas sociais e raciais, bem como dados nacionais e regionais referente à situação de vulnerabilidade decorrente da pobreza dos estudantes jovens, dados esses, coletados principalmente das edições das pesquisas de perfis socioeconômico e cultural realizadas pelo FONAPRACE/ANDIFES. Na segunda subseção, faz-se a apresentação de como se organiza a Política de Assistência Estudantil na UNIFAP, que tipos de ações e serviços são disponibilizados, bem como, quais critérios são utilizados para definir o seu usuário.

3.1 POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

A Educação, conforme preconiza a Constituição Brasileira de 1988 em seu artigo 205, constitui-se direito de todos e dever do Estado e da família e deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, no entanto, sua trajetória sempre foi marcada por conquistas, debates e embates políticos, e tem sido um espaço constante de luta e de disputa de diferentes projetos societários. O artigo 206, inciso I da CF, adverte acerca do princípio de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, bem como Dallari (2004), afirma que a educação é um processo de aprendizagem que ao mesmo tempo favorece e propicia o desenvolvimento humano, sendo reconhecida como direito fundamental de todos e devendo ser assegurada em condições de

igualdade.

No Brasil durante o período colonial e até o século XIX, segundo Aranha (2006), os brasileiros se deslocavam para Portugal e França para cursar o Ensino Superior. “Com a vinda da família Real Portuguesa para o Brasil em 1808, devido a pressões exercidas pela elite brasileira, foi instituído o ensino superior no país” (COLOSSI 2001). Aranha (2006) afirma também, que na época, vários cursos superiores foram criados, tais como a Escola Politécnica (engenharia civil), a Academia Militar, cursos médico cirúrgicos, de agricultura, de química, economia, além de cursos avulsos como matemática, filosofia, desenho, dentre outros. No entanto, só no Brasil República em 1920 por meio do Decreto nº 14.343, foi criada primeira universidade pública, a Universidade do Rio de Janeiro. Vale destacar que o acesso à universidade nesse período era restrito aos filhos da aristocracia colonial, possuindo um caráter elitista, característica esta que perdurou por muito tempo na trajetória das universidades brasileiras.

Somente a partir da década de 80, com a pressão dos movimentos populares, a exemplo do movimento estudantil e movimento negro entre outros, questões sobre a desigualdade no acesso e permanência no ensino superior, começaram a ser discutidas no âmbito acadêmico. Nesse sentido a trajetória de luta por uma política pública educacional que viabilizasse o acesso e a assistência estudantil para permanência de estudantes pobres no ensino superior, está interligada à luta dos movimentos sociais pela política de Assistência Social, no contexto também da luta pelo fim da ditadura militar e pela promulgação da nova Constituição Federal que ocorreu em 1988 e que, representou um marco histórico nas questões referentes à inclusão dos direitos políticos e sociais, trazendo uma nova concepção para Assistência Social, incluindo-a na esfera da seguridade social compondo, o tripé Saúde, Previdência e Assistência Social. Nessa mesma perspectiva, a nova Constituição inovou inaugurando um novo padrão de proteção social superando as práticas assistencialistas, e nesse contexto, a educação passa também a ser um direito de cada cidadão e dever do Estado, sem discriminação de classes, de idade, ou qualquer outro tipo, dessa forma, o texto responsabiliza o Estado em proporcionar condições de igualdade no acesso e permanência na Escola.

Na Educação Superior, embora os avanços trazidos no campo do direito social educacional pela Constituição de 1988, já na década de 90, com a influência neoliberal do governo de Fernando Henrique Cardoso - FHC, houve um período onde as instituições de ensino superior públicas foram marcadas pela falta de financiamento para manutenção de pesquisas e extensão, bem como da diminuição de recursos humanos, sucateando as Universidades Públicas. Tal governo teve como principal característica na área educacional, o crescimento do setor da educação privada, e tinha o entendimento de que o Estado deveria se manter afastado de atividades que poderiam ser realizadas pela iniciativa privada. Nesse caso, a educação superior era considerada como sujeita à privatização, e dessa forma sendo tratada como mercadoria.

A privatização das universidades federais não ocorreu, no entanto, esse governo beneficiou o ensino superior privado. Segundo Marcedo, Chacon e Calderon (2015), em oitos anos de mandato houve um aumento de 110,8% no número de IES privadas, conferindo ao Brasil o maior índice de privatização entre os países da América Latina, além de representar a mercantilização da educação no país. A política de privatização neste governo estimulou as instituições privadas de ensino por meio de isenção fiscal, e com a ideia de proporcionar um sistema de ensino superior diversificado, com ofertas de cursos rápidos, desvinculados da pesquisa, e com redução de gastos públicos, conseguiu transformar a educação superior em mercadoria, enquanto que na esfera federal nenhuma universidade foi criada nesse período.

Finalizado o mandato do então presidente FHC e iniciando um momento importante no período de 2003 à 2016, nos governos Lula de 2003 à 2011, e de Dilma Rousself de 2011-2016, observou-se uma evidente expansão das universidades federais no Brasil. Houve a criação de programas como o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI , a criação e expansão de mais universidades e de Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, bem como a ampliação de acesso ao ensino superior privado por meio do Programa Universidade para Todos – PROUNI, e ampliação do Financiamento Estudantil – FIES herdado do governo anterior e que, nesse último manteve parte da educação superior como

mercadoria a ser comprada.

O REUNI foi criado visando o aumento do número de estudantes de graduação nas universidades federais; ampliação da oferta de educação superior pública com aumento de vagas de ingresso, principalmente no período noturno, com redução das taxas de evasão e ocupação de vagas ociosas; a reestruturação acadêmico-curricular revisando da estrutura acadêmica, reorganizando os cursos de graduação e aumentando das modalidades de graduação; a renovação pedagógica da educação superior articulando a educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica, atualizando também as metodologias e tecnologias do processo de ensino-aprendizagem, com previsão de programas de capacitação pedagógica; mobilidade intra e interinstitucional, promovendo a mobilidade estudantil mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre cursos e programas e entre IES; o compromisso social da instituição por meio de políticas de inclusão, programas de assistência estudantil, políticas de extensão universitária e; proporcionar suporte, articulando a pós-graduação com o desenvolvimento dos cursos de graduação (BRASIL, 2007).

Importante destacar que, embora no governo Lula verifica-se uma expansão da educação superior, onde foram criadas 14 novas universidades, 38 novos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia por meio da Lei nº 11.892/2008, além de expandir e interiorizar campus de universidades consolidadas, manteve-se também o crescimento das universidades privadas, por meio de incentivos de financiamento com verbas públicas do ensino superior, dando continuidade ao projeto de mercantilização do ensino superior brasileiro, com a formação de grandes empresas de ensino superior, tais como o grupo Kroton e Estácio. Enquanto governo FHC se destaca por ter proporcionado o crescimento do número de matrículas das instituições privadas, com o percentual geral de matrículas aumentando de 60% para 70%, em detrimento do setor público que caiu de 21% para 15%, no governo Lula, por meio das medidas e políticas adotadas, as matrículas nas IES se apresentaram de forma diferenciada, onde proporcionou um crescimento do percentual de matrículas das universidades federais de 47,1%, e nas as instituições privadas com um aumento de 45% (MARCELO, CHACON, CALDERON; 2015). Assim, entendo que as políticas para a educação

superior no governo Lula e Dilma Rouseef, beneficiaram tanto as universidades públicas federais quanto as instituições de privadas de ensino superior.

No governo de Dilma, houve também um marco histórico acerca das políticas de acesso ao ensino superior federal, trata-se da lei das cotas sociais e raciais, LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. De acordo com essa lei, as IFES devem reservar o mínimo de 50% das vagas em cursos de graduação a estudantes que tenham frequentado, integralmente, o ensino médio na rede pública e, dessas vagas, devem atender percentuais específicos para critérios sociais, raciais e étnicos. Sem dúvidas essa Lei se configura em um grande avanço rumo à democratização de acesso, no entanto, na atualidade estamos vivenciando os impactos de ter uma universidade mais negra, indígena e pobre, impacto que necessita múltiplos olhares, principalmente no que diz respeito agora, às estratégias de permanência e conclusão do curso em que está inserido, de forma, igualitária aos demais discentes.

Sobre o impacto da Lei das Cotas sociais e raciais, segundo dados disponibilizado pela ANDIFES, referente da V Pesquisa do perfil discentes realizadas nas universidades públicas federais, em 2018, por meio da internet nos sites das IFES, alcançando 424.128 discentes, ou 35% dos 1,2 milhão que fazem curso presencial de graduação, dados coletados entre fevereiro e junho de 2018, atualmente, maioria dos alunos de graduação das universidades federais brasileiras vem de família com renda per capita de até um salário mínimo e meio, é parda ou preta, ou cursou o ensino médio em escola pública, e tem pais que não fizeram faculdade . Em nível nacional, os cotistas matriculados no ensino superior presencial representam pouco menos da metade do total. Segundo os dados, 26,61% dos discentes possuem renda de até meio salário mínimo, 26,93% de até um salário mínimo, e 16,61% de até um salário e meio, totalizando 70,2%; enquanto que na pesquisa anterior realizada em 2014, esse número totalizava 66.2%, sendo que o Estado com maior percentagem de estudantes com este perfil é o Pará totalizando 88% e o menor é o Distrito Federal com 47,1%.

Outro dado importante dessa pesquisa é o que mostra que 60,4% dos discentes são oriundos exclusivamente de escolas públicas, enquanto na edição da

pesquisa em 2014 eram 60,2%, e em 2003 37,5%. Esses dados reforçam e fortalecem a ideia da necessidade de políticas afirmativas de acesso no ensino superior, pois como vemos a partir da publicação da Lei n° 12.711/2012, houve um significativo aumento de ingresso de jovens por meio das cotas, tonando a universidade cada vez mais acessível e democrática, e os dados divulgados, mais uma vez vem reforçar e mostrar a negação de que as universidades federais atualmente se constituem em espaço privilegiados para os ricos, derrubando também a defesa de que haja cobrança de mensalidade nas universidades públicas, enquanto que, ao mesmo tempo reforça a necessidade da ampliação da política de Assistência Estudantil para permanência desse público no ensino superior.

Sobre as políticas de permanência estudantil na educação superior, especificamente a Assistência estudantil, embora tivesse seu marco legal a partir de 2007 com a publicação da portaria normativa nº 39 do MEC, a qual veremos mais a frente, para entender melhor seu contexto, faz-se necessário também relacioná-la com a instituição do Fórum Nacional de Assuntos Estudantis, que foi instalado em meados de 1987, e posteriormente denominado de Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE, que já nesse período, preocupavam-se juntamente com professores e técnicos entre eles os/ Assistentes Sociais, bem como os movimentos estudantis, com as dificuldades enfrentadas por estudantes pobres nas IFES.

> A história de criação do FONAPRACE está relacionada ao contexto socioeconômico e político do Brasil na década de 80, que foi marcado pelo início do processo de redemocratização da sociedade brasileira, com a abertura política pós-ditadura militar, caracterizado pelo movimento das Diretas já e a aprovação da nova Constituição de 1988 (FONAPRACE, 2018, p.14)

Assim, sob a coordenação do FONAPRACE, em 1996 foi realizado a I Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES no Brasil, na qual houve a participação de 44 instituições, que era equivalente a 84,62% das 52 IFES, e que já naquele período demonstrou que 44,29% dos estudantes de graduação encontravam-se nas categorias C, D e E, caracterizando assim, demanda para a instituição de uma Política de assistência ao estudante (FONAPRACE, 2012). Essa pesquisa trouxe uma nova perspectiva que veio contradizer a ideia de que a

Universidade Pública Federal seria um espaço privilegiado ocupado por elites econômicas, no entanto os dados apontaram para necessidade de que se aumentasse a luta em prol de Assistência Estudantil (FONAPRACE, 2012).

Em 2003, ainda coordenado pelo FONAPRACE, foi realizada uma segunda pesquisa que veio consolidar os dados da primeira, identificando que 42,8% dos estudantes estavam entre as classes C, D e E, com renda média familiar de no máximo R$927,00 (FONAPRACE, 2012) o que, em conjunto com outros indicadores caracterizavam que esses estudantes encontravam-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica, indicando parâmetros capaz de definir diretrizes para elaboração de programas e projetos a serem desenvolvidos das IFES e, mais uma vez reafirmando a necessidade e importância de que houvesse recursos financeiros específicos a serem destinados para Assistência Estudantil.

Segundo dados históricos registrados na revista dos 25 anos de FONAPRACE, em 2007, o Plano Nacional de Assistência Estudantil tornou-se meta prioritária para fórum, sendo aprovado pela ANDIFES que a partir daí, inicia um processo de discussão junto ao MEC no sentido da implantação do PNAES que, ainda no cenário de muita luta e pressão tanto do fórum de pró-reitores, quanto de professores, técnicos e do Movimento Estudantil, instituiu o PNAES por meio da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, que definia que o programa deveria ser efetivado por meio de ações de assistência estudantil, vinculadas ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão e destinado aos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial das IFES, devendo desenvolver iniciativas nas áreas de moradia estudantil; alimentação; transporte; assistência à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche e apoio pedagógico, considerando a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras. O publico alvo definido seriam estudantes matriculados em cursos presenciais de graduação, prioritariamente, selecionados por critérios socioeconômicos.

Em 2010 no processo de democratização do acesso e permanência no ensino superior, o PNAES foi ampliado e aprovado o Decreto-Lei n° 7.234/2010, que

dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil no âmbito nacional. Nesse sentido, houve um avanço no novo texto que segue ampliando as áreas de atendimento, pois além de prever iniciativas contidas na Portaria Nº 39 do MEC, foi incluído a participação e aprendizagem de estudante com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades de superdotação, e priorizando os estudantes com origem em escolas públicas com renda per capta familiar mensal de até 1,5 salário mínimo.

A base legal para a instituição da Política de Assistência Estudantil se dá primeiramente com a Constituição de 1988, quando dispõe que a educação é dever do Estado e da Família e, define como princípio a igualdade de condições de acesso e permanência na escola nos arts. 205 e 206 inciso I. Nesse mesmo sentido a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB de 1996, também destaca em seu Art. 3º que o ensino deverá ser ministrado com base nos princípios de igualdade de condições para acesso e permanência na escola (LDB, 1996). O Plano Nacional de Educação – PNE de 2001, também determina a adoção de programas de Assistência Estudantil, bem como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, por meio da Lei 10.861 afirma que na avaliação das IFES serão considerados em caráter obrigatório, a responsabilidade social com relação à inclusão social. Nessa mesma linha tem-se o REUNI, que no Art. 1º, diz ter por objetivo criar condições para ampliação de acesso e permanência da Educação Superior, e no Art. 2º inciso V afirma que o programa terá entre outras diretrizes, a ampliação de políticas de inclusão e Assistência Estudantil. Por fim, em 19 de julho de 2010 o então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, assina o Decreto nº 7.234/2010 – que oficializa o PNAES, que desde então tem sido a principal base de sua regulamentação.

Como normativas que justificam efetividade da Política de Assistência Estudantil, pode-se citar também, o Estatuto da Juventude – Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que no artigo 13, estabelece que as escolas e as universidades deverão formular e implantar medidas de democratização de acesso e permanência, inclusive programas de assistência estudantil, ação afirmativa e inclusão social para os jovens estudantes.

Nesse sentido se faz necessário esclarecer que esta pesquisa adota como

referência o termo Assistência Estudantil, conforme a compreensão do FONAPRACE, quando afirma que:

> Por Assistência estudantil, entende-se que é “um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de cursos de graduação dos estudantes das IFES, na perspectiva da inclusão social, formação ampliada, produção do conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida” (FONAPRACE, 2012, p. 63).

Nessa mesma linha de definição, considera-se também a concepção de Assistência Estudantil concebida pela União Nacional de Estudante – UNE (2003) que a define como um conjunto de políticas que tem como objetivo “garantir a redução das desigualdades socioeconômicas e culturais, o combate a evasão e a promoção de uma formação completa, equânime a todos os estudantes”, devendo dessa forma, proporcionar condições básicas para a permanência do estudante nas universidades, com os meios necessários ao bom desenvolvimento acadêmico. Para Vasconcelos (2010), a Assistência Estudantil perpassa por áreas dos direitos humanos, que vão desde condições ideais de saúde, acesso aos instrumentos pedagógicos necessários, acompanhamentos às necessidades especiais, até o provimento dos recursos mínimos necessários para sobrevivência do estudante tais como moradia, alimentação, transporte, e recursos financeiros.

Nesta perspectiva, a Assistência Estudantil tem sido legalmente consolidada, e necessita ser entendida como:

> [...] uma política essencial no contexto da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão. Isto porque a perspectiva de inclusão social possibilita aos estudantes de baixa condição socioeconômica a participação nas atividades acadêmicas em condições de igualdade aos demais estudantes, na medida em que o atendimento das necessidades básicas de alimentação, moradia e transporte são oferecidos enquanto assistência básica na dimensão dos direitos sociais (FONAPRACE, 2012, p. 63).

Deve-se destacar, que no contexto da luta pela implantação e consolidação da Política de Assistência Estudantil no Brasil, os dados históricos apontam para o surgimento do protagonismo dos Assistente Sociais, onde na ocasião do seminário “O Serviço Social na Assistência Estudantil” realizado na região Centro-Oeste em 2010 na sede da ANDIFES, como resultado, fizeram a entrega do documento produzido pelo

conjunto de Assistentes sociais inseridos nesta área, que apontavam para diversas propostas de contribuição para a consolidação da Política de Assistência Estudantil, tais como o reposicionamento da Assistência Estudantil na estrutura organizacional das IFES, considerando sua centralidade no alcance dos objetivos previstos pelo PNAES; a necessidade de assegurar a formação de equipes multiprofissionais, construídas formal e exclusivamente para o desenvolvimento da Assistência Estudantil e cuja formação respeite a proporcionalidade estudante/profissional e se dê por meio de concurso público; a garantia de que a demanda atendida em cada IFES seja compatível com a demanda potencial; enfatizaram a importância de estimular, em cada IFES, a criação de espaços coletivos e democráticos de construção da Política de Assistência Estudantil referenciada ética e politicamente pelo ideário dos direitos de cidadania, de modo a romper com a cultura da dádiva e da benesse; apontaram para que os estudos socioeconômicos fossem, realizados com a finalidade de produção de informações, indicadores, estudos e pesquisas que favoreçam e ampliem o acesso aos serviços sociais oferecidos, rompendo com sua utilização usual, seletiva e excludente; indicou a necessidade de combater, rigorosamente, as contrapartidas das Bolsas Permanência que exijam dos estudantes a prestação de serviços administrativos, ressaltando que sua natureza é exclusivamente acadêmica (ensino, pesquisa e extensão), estimulando, nas IFES, o debate sobre esta questão controversa e; apontaram para a necessidade de que o FONAPRACE instituísse Grupos de Trabalho - GTs de Política de Assistência Estudantil que se responsabilizasse pela definição de princípios, diretrizes e metas para o fortalecimento do direito à educação pública, bem como a articulação com Institutos de Pesquisa, a exemplo do IPEA, no acompanhamento e avaliação da Política de Assistência Estudantil (FONAPRACE, 2012 p.34). Dessa forma, foi possível também, refletir e constatar a importância da inserção de Assistentes Sociais na Assistência Estudantil, profissionais estes que têm no seu projeto ético político da profissão, a perspectiva de luta pela educação como direito social e como prática emancipatória.

Enfim, a Política de Assistência Estudantil em nível nacional tem seguido seu curso e sua trajetória de luta por sua consolidação como política de Estado. Atualmente vem se desenvolvendo de forma vulnerável, pois é ainda regulamentada apenas por um Decreto presidencial que pode ser revogado a qualquer momento, assim, segue a luta

de estudantes, docentes e técnicos nas IFES em prol de sua regulamentação que tramita no congresso nacional para que se torne não apenas uma política de governo, mas efetivamente uma política de Estado como Lei Federal, sendo também aprimorada a sua execução nas universidades federais, de forma a garantir eficazmente, a permanência estudantil.

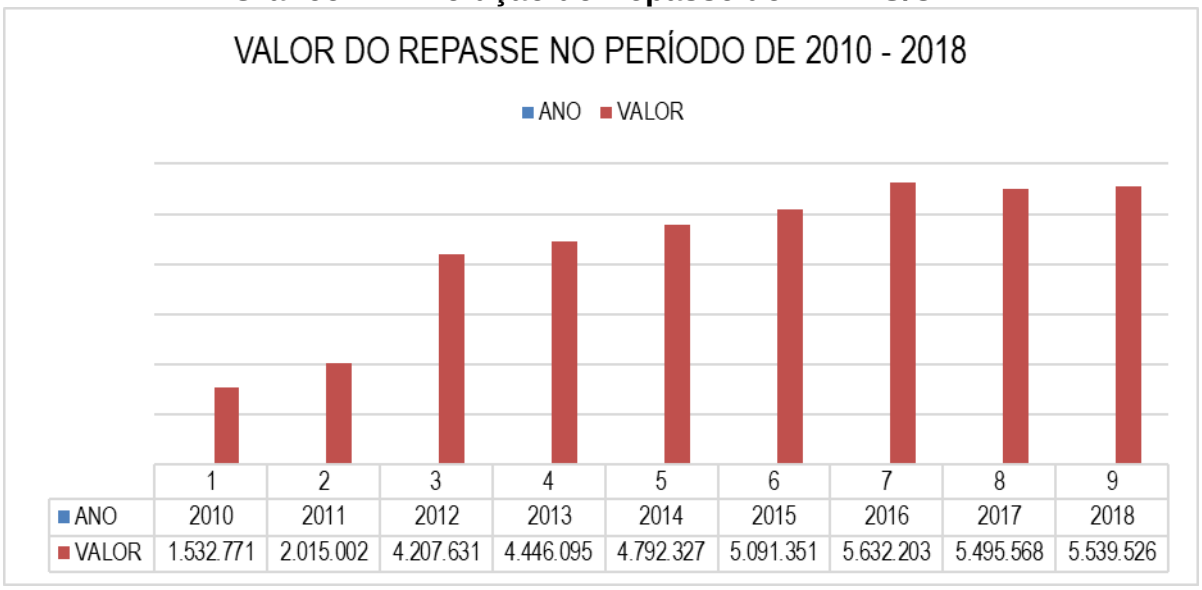
3.2 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIFAP

A Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) teve início em 1970 como Núcleo Avançado de Ensino (NEM), vinculado à Universidade Federal do Pará (UFPA) implantando o ensino superior no Amapá. Porém, segundo dados coletados e explorados em documentos internos e site oficial da instituição, somente na década de 1990, criou-se, de fato, a Fundação Universidade Federal do Amapá, quando tornou-se Instituição Federal de Ensino Superior, por meio do Decreto nº 98.977, sendo de fato uma Instituição de Ensino Superior (IES), mantida pela União. Em 1991, com a nomeação de um reitor pro tempore, a UNIFAP realiza o primeiro vestibular para os cursos de Direito, Secretariado Executivo, Geografia, História, Matemática, Letras, Educação Artística e Enfermagem. Com isso, foi instituída Fundação Universidade Federal do Amapá que, atualmente conta com 5 (cinco) campus: o Campus Marco Zero que é o campus sede em Macapá, Campus Santana no município de Santana-AP com distância cerca de 22 km da capital, Campus Mazagão no município de Mazagão-AP com cerca de 33,8 km de distância, que oferece os cursos de Licenciatura em Educação do Campo com ênfase em Agronomia e Biologia; o Campus Laranjal do Jari no nunicípio de Laranjal do Jari AP, com cerca de 267 km, oferecendo cursos à distância, e o Campus Binacional no município de Oiapoque-AP com cerca 588,7 km que oferece o Curso Intercultural Indígena além de outros cursos de licenciatura e bacharelado.

A Política de Assistência Estudantil na UNIFAP teve seu início em 2010, sendo executada no Departamento de Ações Comunitária e Estudantis da Pró- Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias, quando pela primeira vez começou a receber

repasse financeiro destinado a subsidiar essa política, conforme evolução do repasse no gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Evolução do Repasse do PNAES/UNIFAP



Fonte: Departamento de Ações Comunitárias e Estudantis – DACE/UNIFAP

Observa-se no gráfico acima, um crescimento do recurso até 2016, no entanto houve notadamente uma diminuição desse recurso em 2017 e 2018, o que está em conformidade com a evolução do volume do recurso a nível nacional conforme tabela abaixo:

Tabela 1 – Evolução do volume de recursos PNAES (2010-2018) -Brasil

RECURSO FINANCEIRO PNAES DE 2010-2018 BRASIL	
ANO	**VALOR**
2010	R$ 304.000.000,00
2011	R$ 395.189.588,00
2012	R$ 503.843.628,00
2013	R$ 603.787.226,00
2014	R$ 742.720.249,00
2015	R$ 895.026.718,00
2016	R$ 1.030.037.000,00
2017	R$ 987.484.620,00
2018	R$ 957.178.952,00

Fonte: V Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES. FONAPRACE/ANDIFES (2018)

Pelos dados apontados tanto na UNIFAP, como em nível nacional e, considerando o crescente número de estudantes ingressantes que são publico alvo dessa política, confome dados do Fonaprace que apontam que em 2014, 66% dos estudantes tinham a renda per capta familiar de até um salário mínimo e meio e em 2017 esse numero aumentou para 70,2%, podemos identificar o retrocesso que houve no repasse financeiro entre 2017 e 2018, e que pode impactar significadamente na permanência desses estudantes.

No caso da UNIFAP, vale ressaltar, também, que o repasse financeiro, conforme gráfico 1, de 2010 à 2013 foi utilizado apenas para subsidiar o Campus Marco Zero em Macapá e em 2014 passou também atender aos demais campus como Santana, Mazagão e Binacional, com a oferta de bolsas e auxílios que são: auxílio transporte, auxílio alimentação, auxílio fotocópia, auxílio creche, auxílio de apoio à pessoa com necessidades educacionais especiais, auxílio emergencial e bolsa permanência, auxílio viagem para apresentação de trabalhos acadêmicos e auxílio atleta.

A execução da Assistência estudantil na UNIFAP se dá na Pró-reitoria de Extensão e Ações Comunitárias – PROEAC, por meio do Departamento de Ações Comunitárias e Estudantis – DACE, e conta com uma equipe bem reduzida de profissionais apenas no campus sede. Assim, essa mesma equipe estende o atendimento aos demais campus. Nesse cenário já podemos previamente perceber, a problemática referente ao acúmulo de trabalho imposto à equipe multiprofissional destinada a atender a crescente demanda na UNIFAP tanto no Campus sede como dos demais, quando se deparam com a necessidade de deslocamento para o atendimento aos campi interiorizados, bem como o aumento constante do número de atendimentos em relação a quantidade de profissionais que executam essa Política. Diante dessa situação, para os assistentes sociais, os processos de análise socioeconômicas torna-se sua a principal atividade, em detrimento de outras competências e atribuições inerentes à especificidade da profissão de Assistente Social.

Sobre os critérios de avaliação socioeconômica que visam identificar os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, garantindo a igualdade de tratamento e acesso as ações de Assistência Estudantil oferecidos pela UNIFAP, são

baseados nos critérios estabelecidos no DECRETO Nº 7.234, de 19 DE JULHO DE 2010 do PNAES, acrescidos de alterações e adaptações estudadas e apresentadas pela equipe multiprofissional e gestão do DACE, que ao longo dos anos, vem tentando aprimorar tais critérios e metodologia, conforme preconiza o parágrafo § 2º do Art. 3º do decreto que autoriza as IFES, a definir critérios e metodologia de seleção dos alunos a serem beneficiados. Dessa forma, com base nos resultados da avaliação socioeconômica, os estudantes são classificados como em situação de vulnerabilidade socioeconômica, podendo ter acesso às ações de Assistência Estudantil,

Para fins de Avaliação Socioeconômica no âmbito da Assistência Estudantil na UNIFAP, a vulnerabilidade socioeconômica é entendida de acordo com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004) que caracteriza que:

> [...] a vulnerabilidade se encontra-se em indivíduos com perda ou fragilidade nos vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (PNAS, 2004).

Considera-se que essa definição apreendida pela equipe multiprofissional na UNIFAP e que, caracteriza a vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes, permite uma abordagem ampliada, na qual pode-se apreender melhor os diversos problemas em que os estudantes publico alvo da assistência estudantil estão inseridos, e que podem influênciar significativamente em sua trajetória acadêmica.

Já por grupo familiar, de acordo com a Portaria Normativa nº 18/2012,

> É a unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas, eventualmente ampliada por outras pessoas que contribuam para o rendimento ou tenham as despesas atendidas por aquela unidade familiar, todas moradoras em um mesmo domicílio (MEC, 2012)

No entanto, além de alguns aspectos da concepção contida na portaria citada, a UNIFAP, também considera a concepção de grupo familiar com base em discussões realizadas por meio do Grupo de Trabalho – GT Metodologia, composto por

assistentes sociais de IFES que representam as 5 (cinco) regiões do Brasil e que fora criado no âmbito no FONAPRACE, tendo como objetivo, a formulação de um conjunto de indicadores de análise socioeconômica que fossem comuns nas universidades de todas as regiões do Brasil e, na qual fiz parte como uma das integrantes representante da região Norte no período de 2016 à 2018. Segundo a concepção do GT, essa definição de quem compõe o grupo familiar no âmbito das IFES, deve também considerar que, além de ser uma unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas, eventualmente ampliada por outras pessoas que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, “deve também considerar a consanguinidade e os laços socioafetivos que extrapolam as relações que limitariam a um mesmo domicílio”. Dessa forma, esta compreensão favorece uma abordagem mais ampla e capaz de inserir aspectos e situações que acompanham as novas e diversas configurações familiares, bem como as novas demandas de estudantes oriundos de outros municípios e estados por meio do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM.

Na UNIFAP, a análise socioeconômica são realizadas exclusivamente por profissionais de serviço social lotados no Departamento de Ações Comunitárias e Estudantis, conforme preconiza a Resolução 014/2017/CONSU e, também seguindo as discussões de metodologia do GT citado acima, na UNIFAP, são considerados os seguintes indicadoresde vulnerabilidade: I - Renda familiar bruta per capita, que avalia a capacidade econômica da família, calculada de acordo com as orientações estabelecidas no Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES; II - Origem escolar do estudante, que permite conhecer e priorizar o atendimento àqueles oriundos da rede pública de ensino, de conformidade com a Lei nº 12.711 de 29/08/2012 (Lei das cota) e, o Decreto nº 7.234 de 19/07/2010 que regulamenta o PNAES; III - Bens patrimoniais, que são compreendidos para o estudo social como tudo o que possui valor econômico e que pode ser convertido em dinheiro, capaz de satisfazer as necessidades, mesmo que futura, do indivíduo ou núcleo familiar e que proporciona ainda aumento ou a criação da riqueza através da concentração destes, tratando-se de um dos indicadores que permitem auferir a segurança e a estabilidade financeira familiar; IV - Situação de moradia, que verifica a condição de habitabilidade, posse ou não da propriedade de moradia e/ou dos estidantes residentes em comunidades

tradicionais (indígena, quilombola, ribeirinha, etc) levando em consideração a localização espacial, urbana ou rural, bem como as novas condições de moradia do estudante quando a família não reside no mesmo município da IFES, podendo causar significativos impactos financeiros e socioafetivos no contexto familiar; V - Ocupação Profissional do principal responsável pela família/estudante, indicador que se inserido no conjunto de variáveis os quais compõem estudo social e, aliado às demais variáveis, contribui com o entendimento sobre o perfil do núcleo familiar do estudante e consequentemente uma maior aproximação com a realidade a ser estudada. Segundo definições do GT, a ocupação profissional é também um importante indicador do padrão social de uma família.; VI - Situação agravante de vulnerabilidade – SAV, este indicador, também criado e definido pelo GT metodologia do FONAPRACE, considera vários aspectos da vida do estudante e de sua família, tais como: pertencimento social, contexto comunitário, acesso a serviços socioassistenciais e exposição à situações de risco social ou fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social, discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras que podem ser apreendida comprovada por meio de Parecer Social emitido pelo Assistente Social respeitando a autonomia profissional garantida na Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social nº 8.662/93.

Acerca dos indicadores definidos pelo GT metodologia e utilizados na UNIFAP, pode-se perceber que os 5 (cinco) primeiros são os que podem ser comprovados por meio apresentação de documentação comprobatória, no entanto, o VI indicador trata-se de uma inovação no âmbito da Assistência Estudantil, no sentido em que, em conjunto com os demais indicadores, identifica diversas situações que permeiam a vivência tanto acadêmica como familiar do estudante e que, por meio da escuta especializada e estudo social realizado por profissional capacitado para tal, nesse caso o Assistente Social, tais situações podem ser apreendidas para que sejam realizadas possíveis e diferentes intervenções.

Como critérios de permanência e duração das bolsas e auxílios, a Resolução 014/2017/CONSU/UNIFAP que regulamenta a Assistência Estudantil na instituição, diz que o tempo máximo de permanência nas ações de Assistência Estudantil é o tempo de duração regular do curso em que o estudante estiver matriculado, com

acompanhamento semestral sobre o rendimento acadêmico dos estudantes usuários dos auxílios e bolsas, para verificar e comprovar se o mesmo está regularmente matriculado em, no mínimo, 04 (quatro) disciplinas ou 01 (uma) no caso de Estágio Curricular Obrigatório ou Trabalho de Conclusão de Curso; o estudante deve ter coeficiente de rendimento acadêmico semestral de, no mínimo 50% (cinquenta por cento), não ter sido reprovado no semestre anterior em mais de 01 (uma) disciplina ou por falta, o que ocorrer primeiro. No entanto, a política estabelece também que, aos estudantes que descumprirem os critérios descritos acima, poderão permanecer como beneficiário da Assistência Estudantil até o limite máximo de dois semestres após o período previsto para a integralização, porém, condicionado à realização de reavaliação psicopedagógica e social através de entrevistas, estudo de caso e possível visita domiciliar, pela equipe multiprofissional. O cancelamento ou suspensão dos benefícios poderá ocorrer quando o estudante descumprir um dos critérios de permanência citados acima, ou integralizar; trocar de curso e não informar formalmente; trancar; cancelar ou transferir a matrícula para outra IFE; abandonar ou desistir do curso e; for constatada irregularidades ou inadequação das informações prestadas.

Como se viu, a inserção dos estudantes nas ações de Assistência estudantil, são realizadas exclusivamente por assistentes sociais, no entanto a política institucional prevê também o acompanhamento e avaliação dessa política. Em relação ao acompanhamento, atualmente a instituição possui apenas Assistentes Sociais e Psicólogos e, embora a política institucional a UNIFAP prevê na equipe multidisciplinar a figura do pedagogo, no entanto, UNIFAP não dispõe desse profissional na Assistência Estudantil, o que se tem nessa função, são Técnicos em Assuntos Educacionais – TAEs, que não necessariamente são pedagogos, que ao meu ver, pode em alguns aspectos, comprometer a execução da política que prevê especificamente o Pedagogo, por entender que este profissional é capacitado e possui um olhar especializado para as políticas educacionais, se constituindo figura essencial para o acompanhamento e avaliação da política junto com o Assistente Social e o Psicólogo.

Com base em observação, e a experiência no cotidiano de trabalho onde também me incluo, ressalta-se mais uma vez que, o fato de a UNIFAP possuir uma equipe multiprofissional reduzida em relação aos campus que atua e o grande número

de estudantes que atendem, tem visivelmente tornado a execução dessa política fragilizada, pois a equipe multiprofissional, se constitui peça fundamental para a execução da Política da Assistência estudantil nas IFES, e especificamente na UNIFAP onde esta equipe, muitas vezes lamentavelmente, vem sendo desconsiderada em aspectos relacionados ao seu papel enquanto profissionais especializados. No que diz respeito à grande demanda que lhe é atribuída, muitas vezes tem acarretado insatisfação e adoecimento dos profissionais. Nesse sentido, para que esta política seja consolidada e consiga minimamente atender o objetivo de reduzir as desigualdades sociais no âmbito da UNIFAP, se faz necessário também, o fortalecimento dessa equipe, bem como a reestruturação dos serviços a serem ofertados por ela.

Vale destacar que além do problema citado, outro fato preocupante na execução da Assistência Estudnatil, se dá pela falta de estrutura física mínima para o atendimento individual e coletivo destinado a atender as demandas dos estudantes. A política institucional prevê na Assistência estudantil, ações que vão além das conceções de bolsas e auxílios financeiros, prevê também a realização de apoio psicopedagógico; atenção á saúde e; qualidade de vida aos estudantes. No entanto a falta de estrutura física somada à problemática da equipe multiprofissional reduzida e à grande demanda a ela imposta, são fatos que dificultam e reduz os serviços que seriam necessário ofertar por meio dessa política, o que a tem tornado, em certos aspectos, insatisfatória.

Assim, apresentando a forma como se organiza a Assistência Estudantil na UNIFAP. Trata-se no próximo capítulo de apresentar o perfil socioeconômico dos estudantes usuários dessa política na instituição; as vivências acadêmicas e as estratégias de permanência sob a ótica dos estudantes usuários.

4 PERFIL SOCIOECONÔMICO E EXTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA: O CASO DA UNIFAP

A Assistência Estudantil na UNIFAP tem se desenvolvido buscando atender o disposto no Decreto 7234/2010 acerca do PNAES, e a Resolução 014/2017 que a regulamenta na instituição. No entanto, o que se percebe, no que diz respeito à permanência universitária, é que, ter um bom desempenho acadêmico e concluir o curso com sucesso, não está atrelado exclusivamente às questões financeiras, mas perpassa por aspectos que vão além. Dessa forma para conhecer os diversos aspectos que permeiam a vida dos estudantes, se faz necessário conhecer mais profundamente quem são os ditos em situação de “vulnerabilidade socioeconômica” que chamamos nesta pesquisa de “jovens pobres no ensino superior” que são usuários da política da Assistência Estudantil. Assim, esse capítulo inicialmente trás o perfil socioeconômico dos estudantes usuários das ações de Assistência Estudantil da UNIFAP, onde definiu-se como universo pesquisado, todos usuários ativos nas ações nos anos 2017 e 1018, que totalizavam nesse período 1.152 do universo de 8. 801 estudantes matriculados na graduação presencial da UNIFAP.

Em seguida, visando apreender as estratégias de permanência, bem como apreender a percepção dos estudantes usuários acerca da política, optou-se pela pesquisa de natureza qualitativa com a realização de entrevistas semiestruturadas com roteiro previamente elaborado que foram realizadas nos meses de maio e junho com o total 11 (onze) estudantes de cursos diferentes, que corresponde à uma amostragem de aproximadamente 5% dos usuários que possuem renda per capta de até ½ salário mínimo. A identificação de quem seriam os estudantes participantes, foi definida por meio da pesquisa no sistema acadêmico especificamente no módulo Assistência Estudantil da PROEAC/UNIFAP.

A escolha do universo abordado por meio das entrevistas se deu principalmente pelo fato de que os estudantes com renda per capta de até ½ salário mínimo na UNIFAP, possuem características de acesso diferenciado a todos os auxílios, podendo acumulá-los desde que somados não ultrapassem o valor de 1 e ½ salário mínimo que, no conjunto de outros indicadores pode caracterizar que possuem

um grau mais avançado de vulnerabilidade, que na UNIFAP são caracterizados como “estudantes em extrema vulnerabilidade socioeconômica”. Para atender os objetivos da pesquisa que, propõe entender as estratégias de permanência dos jovens pobres no ensino superior, os estudantes também foram definidos pela faixa etária entre 15 a 29 anos.

4.1 PERFIL DOS ESTUDANTES USUÁRIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIFAP

Traçar o perfil socioeconômico dos estudantes usuários da Assistência Estudantil na UNIFAP, além de proporcionar um diagnóstico mais preciso para definição de “quem é o seu público, também serve de subsídio para a defesa da universidade pública, e da Assistência Estudantil como mecanismo que visa proporcionar a igualdade de oportunidade aos estudantes pobres. Assim, esse mecanismo cumpre o relevante papel de instrumentalizar os envolvidos na gestão e execução da Assistência Estudantil, na medida em que servirá como um meio para análise, acompanhamento e avaliação dessa política.

Dessa forma, foram apresentados os dados coletados referentes à faixa etária, sexo, raça, bem como dados relativos aos 5 (cinco) indicadores de vulnerabilidade socioeconômica utilizados no processo de seleção dos estudantes para o acesso à política na UNIFAP que são: renda per capita; origem escolar; condições de moradia; ocupação profissional do principal responsável da família, aqui definido como sendo o membro do grupo familiar que possui maior renda e; bens patrimoniais. Os dados foram obtidos no universo de um total de 1152 estudantes atendidos pela política em 1017 e 2018 e, coletados na PROEAC/UNIFAP, extraído do sistema acadêmico (SIGAA) nos módulos Bolsas e Assistência Estudantil. Esclarece-se também, que pelo motivo de inconstância de dados referentes à origem escolar, condições de moradia e bens patrimoniais especificamente dos estudantes usuários, também foram utilizados dados extraídos do questionário socioeconômico do cadastro único respondido pelos estudantes que solicitaram bolsas e auxílios no processo seletivo de 2018, podendo ou não ter sido contemplado.

Sobre a faixa etária, foram utilizados dados dos usuários para fins de identificar o recorte de 15 e 29 anos, conforme definição de juventude adotada pelas agências de estatísticas e pesquisas definida na lei nº 11.129 de 30 de junho de 2005, em seu artigo 11.

Tabela 02 – Faixa etária dos estudantes usuários da Assistência Estudantil na UNIFAP

FAIXA ETÁRIA	
Até 29 anos	920
Igual ou maior que 30 anos	232
Total	1.152

Fonte: Departamento de Ações Comunitárias e Estudantis – DACE/UNIFAP

O gráfico sobre a faixa etária dos estudantes demonstrou que 920 estudantes usuários estão da faixa etária entre 15 e 29 anos, o que corresponde a aproximadamente 80% do total de 1152 estudantes inseridos nas ações de Assistência Estudantil da UNIFAP. Já em relação aos dados nacionais, observa-se uma porcentagem menor do recorte etário local em relação aos dados da pesquisa FONAPRACE/ANDIFES de 2018 com 85,7%.

Tabela 03- Faixa etária dos estudantes das IFES – 1996 a 2018 (%)

FAIXA ETÁRIA MÉDIA NACIONAL					
Idade (faixa)	**1996**	**2003**	**2010**	**2014**	**2018**
Menor que 20	21,4	23,8	16,8	14,9	18,6
De 20 a 24	53,8	53,8	57,7	51,9	49,3
De 25 a 29	14,6	12,5	16,4	18,4	17,3
Maior ou igual a 30	10,2	9,9	9,1	14,7	14,8

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

A Tabela acima, apresenta que em nível nacional, somando os que são menores de 20 anos, os de 20 a 24 e os de 25 a 29, que se constitui público alvo dessa pesquisa, em 2014 eram 85,2% e 2018, 85,7%, revelando que foram menores em relação à pesquisa de 1996 com 89,8%, 2003 com 90,1% e 2010 com 90,0%. Esses dados revelam aumento no número de matrículas de estudantes na faixa etária igual ou maior que 30 anos de 2014 a 2018, em relação aos anos anteriores.

Tabela 04 – Sexo dos estudantes usuários da Assistência Estudantil na UNIFAP(%)

SEXO DOS ESTUDANTES	(%)
Masculino	40,06
Feminino	59,65
Sem declaração	0,29

Fonte: Departamento de Ações Comunitárias e Estudantis – DACE/UNIFAP

Sobre o sexo dos estudantes, a tabela acima demonstra que a maioria dos estudantes é do sexo feminino com 59,65% em relação ao masculino com 40,02%. Esses dados estão em conformidade com a média nacional que também aponta para uma porcentagem maior de estudantes do sexo feminino com 54,6% contra 45,1% do sexo masculino. Um dos fatores a se considerar em ralação a esses dados podem ser o fato de que os estudantes do sexo masculino egressos ou evadidos do ensino médio param precocemente com os estudos por necessitar entrar no mercado de trabalho.

Sobre os dados de cor ou raça, embora os dados da PNAD (2006) mostrem que, os pardos compõem 42,6% da população do Brasil, existem estados principalmente no Norte e Nordeste que mostram que a porcentagem destes são bem mais significativas em relação às outras regiões brasileiras. No caso do Amapá, dados do IBGE (2009) demonstram que os pardos representam 66,9% da população, o que pode justificar os dados representados na tabela abaixo.

Tabela 05 – Cor ou raça dos estudantes usuários da Assistência Estudantil na UNIFAP – (%)

COR OU RAÇA (%)	
Branco (a)	13,34
Amarelo (a)	1,5
Pardo (a)	66,78
Preto (a)	15,48
Indígena	0,17
Sem declaração	2.79

Fonte: Departamento de Ações Comunitárias e Estudantis – DACE/UNIFAP

Vê-se na tabela apresenta acima, um total de 66,78% de estudantes pardos e 15,48% pretos, o que somados representam 82,26% estudantes pardos e pretos usuários da Assistência Estudantil. Acredita-se que esses dados são reflexos dos

impactos de política de ações afirmativas de acesso que vem sendo implementadas nas IFES e no âmbito da UNIFAP.

Sobre os impactos das políticas afirmativas trago dados recentes acerca da composição de cor e raça nas IFES em comparação com dados da população brasileira, segundo pesquisas anuais de domicílio e Censo 2010 - IBGE.

Tabela 06- Estudantes das IFES e população brasileira segundo Cor ou Raça nas IFES – 1996 a 2018 (%)

COR E RAÇA – DADOS FONAPRACE E IBGE (%)						
COR OU RAÇA	**PESQUISA**	**1996**	**2003**	**2010**	**2014**	**2018**
AMARELA	IFES	-	4,5	3,1	2,3	2,1
	PNAD/IBGE	0,4	0,4	1,1	0,5	0,4
BRANCA	IFES	-	59,4	53,9	45,7	43,3
	PNAD/IBGE	55,2	52,0	47,7	45,5	38,6
PARDA	IFES	-	28,3	32,1	37,8	39,2
	PNAD/IBGE	38,2	41,5	43,1	45,1	52,5
PRETA	IFES	-	5,9	8,7	9,8	12,0*
	PNAD/IBGE	6,0	5,9	7,6	8,6	8,1
INDÍGENA	IFES	-	2,0	0,9	0,6	0,9**
	PNAD/IBGE	0,2	0,2	0,4	0,4	0,4
SEM DECLARAÇÃO	IFES	-	-	-	3,8	2,5
	PNAD/IBGE	-	-	-	-	-

Fontes: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Assim, a análise dos dados acima realizada pelo FONAPRACE (2018) afirma que houve mudanças significativas na composição de cor e raça dos estudantes de graduação das IFES a nível nacional nos últimos 15 anos. Sobre isso manifesta-se quando afirma que:

> A primeira pesquisa não investigou esse tema, o que nos impede de estender a análise àquele período. A partir dos dados de 2003 nota-se um crescimento da participação de pardos e pretos e uma diminuição dos brancos, que eram 59,4% dos estudantes e passaram a ser 43,3% em 2018. Tal mudança é, em parte, resultado da adoção de políticas de ação afirmativa nas universidades federais, que começaram a ser implantadas de modo pontual e autônomo a partir de 2005 e foram se espalhando ao longo dos anos por todo o sistema de educação superior federal, particularmente a partir da criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), de 2007, e da criação de um programa federal de ação afirmativa obrigatório por meio da Lei nº 12.711 de 2012. De 2003 a 2018 os pardos

> aumentaram sua participação entre estudantes, e os pretos mais que dobraram (FONAPRACE,2018).

Observa-se, também, na tabela 6 (seis), que o crescimento do perfil cor e raça cresce também nos dados gerais da população brasileira, no que se refere ao aumento dos que se declaram pretos e pardos. No entanto, o crescimento de pretos, pardos e indígenas nas IFES foram ainda maiores do que na população a nível nacional.

Sobre a renda per capta familiar dos estudantes, diz respeito à soma da renda total mensal bruta dos membros do grupo familiar dividida pelo número de pessoas que o compõe. Esse indicador visa atender à regulamentação por meio do Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que define como público alvo prioritário estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de “até um salário mínimo e meio”. Por essa razão, as IFES têm nesse indicador, uma referência significativa para ações de Assistência Estudantil.

Tabela 07- Renda per capta dos estudantes usuários da Assistência Estudantil na UNIFAP

RENDA PER CAPTA BRUTA FAMILIAR DOS ESTUDANTES	
RENDA PER CAPTA	**Nº DE ESTUDANTIS**
ATÉ ½ S/M	425
DE ½ À 1 S/M	698
DE 1 À 1 E ½ S/M	1
ACIMA DE 1 E ½ S/M	0
SEM RESPOSTAS	28
TOTAL	1152

Fonte: Departamento de Ações Comunitárias e Estudantis – DACE/UNIFAP

Na tabela acima, observa-se que um número significativo de estudantes que possuem a renda familiar per capta de até ½ salário mínimo, e que a soma deles com os que possuem renda de ½ a 1 salário mínimo se tornam maioria na UNIFAP. Esse dado é importante para averiguar que os recursos destinados para a Assistência Estudantil, não têm conseguido atingir todo o público alvo disposto no Decreto 7234/2010, que define o atendimento prioritário aos que possuem renda per capta de até 1 e ½ salário mínimo. Vale ressaltar também que, segundo dados obtidos no DACE, existe uma demanda reprimida de estudantes que nos últimos processos seletivos não

conseguiram serem selecionados mesmo estando no perfil de vulnerabilidade, por insuficiência de recursos, ficando em uma lista que chamam de “cadastro reserva”.

Ainda sobre a renda, vale ressaltar que em nível nacional, conforme V pesquisa realizada pelo FONAPRACE (2018), a renda média familiar per capita dos (as) discentes é de R$1.328,08, muito próxima da renda mensal domiciliar per capita da população residente no Brasil que, em 2018 que foi R$1.373,00 (IBGE, 2018). No entanto, em nível regional, a pesquisa mostra dados em que se observam grandes diferenças entre as regiões.

As regiões Norte e Nordeste, por exemplo, encontram-se abaixo da renda média nacional. Os dados mostram que na região Norte a renda média per capita é R$884,28, ou seja, menos de 1 SM, e no Nordeste de R$1.046,62, enquanto no Sudeste a renda média per capita é de R$1.510,89, no Sul é de R$1.632,42 e na região Centro-Oeste a renda média é de R$1.631,20.

Assim mais uma vez os dados seguem de encontro com o que se defende acerca das desigualdades regionais, e da necessidade de um olhar diferenciado para as políticas públicas sociais destinadas para a região Norte e nesse caso para o Amapá.

Como foi explicado no início desse subitem, os dados de origem escolar dos estudantes, e situação de moradia, pelo fato da dificuldade em conseguir essas informações especificamente dos estudantes usuários no DACE, apresenta-se na tabela abaixo, os dados referentes aos 1.449 estudantes que preencheram o questionário do cadastro único de 2018 com a intenção de solicitar bolsas/auxílios financeiros da Assistência Estudantil na UNIFAP.

Tabela 08 – Origem escolar dos estudantes que solicitaram bolsa/auxílio da Assistência Estudantil na UNIFAP (2018)

ORIGEM ESCOLAR DOS ESTUDANTES	
TIPO DE ESCOLA	**Nº DE ESTUDANTES**
SOMENTE ESCOLA PÚBLICA	1.282
PARTICULAR COM BOLSA INTEGRAL	34
PARTICULAR CO BOLSA PARCIAL	28
PARTE EM ESCOLA PÚBLICA/PARTE EM PARTICULAR	52
PARTICULAR SEM BOLSA	53
TOTAL	1.449

Fonte: Departamento de Ações Comunitárias e Estudantis – DACE/UNIFAP

Os números acima revelam que maioria dos estudantes cursou o ensino médio em escolas públicas, o que vai de encontro segundo a V pesquisa FONAPRACE (2018), que trás dados das outra IFES, exceto o Distrito Federal, em que se observa o predomínio de estudantes oriundos do sistema público de ensino médio.

Tabela 09 - Situação de moradia dos estudantes que solicitaram bolsa/auxílio da Assistência Estudantil na UNIFAP (2018)

SITUAÇÃO DE MORADIA (%)	
OCUPAÇÃO/INVAÇÃO (ÁREAS URBANAS OU RURAIS	4,65
COMUNIDADE QUILOMBOLA	0,74
COMUNIDADE RIBEIRINHA	2,23
ÁREA DE RESSACA/PONTE	9,84
ALUGUEL	19,35
CEDIDA	13,28
PRÓPRIA FINANCIADA	5,12
PRÓPRIA QUITADA	44,77

Fonte: Departamento de Ações Comunitárias e Estudantis – DACE/UNIFAP

Acerca da tabela 9 (nove), sobre a situação de moradia dos estudantes, observamos algumas variáveis gerais e comuns a todas as regiões brasileiras, no entanto, aponta também para situações de moradia que são específica da região norte, neste caso, do Amapá, no que diz respeito aos diversos modos de vida da população e dos jovens universitários. Como se viu os estudantes na UNIFAP possuem variados estilos de vida, muitos deles residem em habitações concentradas em áreas urbanas úmidas, denominadas ressacas, ou áreas de ponte, outros em áreas rurais comunidades indígenas, regiões ribeirinhas e, comunidades quilombolas. Lugares normalmente distantes em que os estudantes precisam se deslocar para poder cursar o ensino superior, demandando gastos extras com transporte, alimentação e moradia, causando impacto financeiro às suas famílias que muitas vezes não conseguem apoiá-los, com os custos impossibilitando sua permanência e, demandando assim, a inserção dos mesmos na Assistência Estudantil.

O indicador status ocupacional do principal responsável da família é um indicador que permite medir o potencial de auferir renda do principal responsável pelo estudante, que por vezes pode ser o próprio estudante. No caso da UNIFAP, para

identificar a ocupação profissional, é utilizado um quadro contendo agrupamentos de variáveis conforme abaixo:

Quadro 1 – Agrupamento de ocupaçaões profissionais

AGRUPAMENTO 1 Banqueiro, deputado, senador, diplomata, alto posto militar (como general e marechal), alto cargo de chefia ou gerência em grandes organizações, alto posto administrativo no serviço público, grande industrial (empresas com mais de 100 empregados), grande proprietário rural (com mais de 2.000 alqueires), outrasocupações com características semelhantes.
AGRUPAMENTO 2 Profissional liberal de nível universitário como médico, engenheiro, arquiteto, advogado, dentista, etc; cargo técnico científico como pesquisador, químico industrial, professor universitário, jornalista; cargo de chefia ou gerência em empresa comercial ou industrial de grande porte; posto militar de tenente, capitão, major, coronel; grande comerciante, médio industrial, dono de propriedade rural de 201 a 2.000 alqueires e outras ocupações com características semelhantes.
AGRUPAMENTO 3 Profissional de nível superior assalariado como pedagogo, assistente social, enfermeiro, psicólogo, fonoaudiólogo, etc. Pequeno industrial, comerciante médio. Proprietário rural de 101 a 200 alqueires.
AGRUPAMENTO 4 Auxiliar administrativo, auxiliar de escritório ou outra ocupação que exija curso de 2º grau completo, representante comercial. Inclui funcionário público com esse nível de instrução e exercendo atividades semelhantes, posto militar de sargento, subtenente e equivalentes; professor de ensino médio. Proprietário rural de 21 a 100 alqueires Técnicos em eletrônica, mecânica e outros que exijam 2º grau especializado, bancário, oficial de justiça, despachante.
AGRUPAMENTO 5 Operário qualificado (que tem, um mínimo de aprendizado profissional, como mecânico, gráfico, ferramenteiro, metalúrgico), mestre de produção fabril, serralheiro, marceneiro; comerciário como empregado de loja de artigos finos ou estabelecimentos comerciais de grande porte (domésticos, mobiliárias e outros), professor do ensino fundamental. Pequeno comerciante, sitiante, pequeno proprietário rural até 20 alqueires e outras ocupações com características semelhantes.
AGRUPAMENTO 6 Datilógrafo, telefonista, atendente, comerciários como balconistas de médios e pequenos estabelecimentos, mecanógrafo, contínuo, porteiro, recepcionista, motorista (empregado), pedreiro, cozinheiro e garçon de restaurante, costureiro, chefe de turma, empregado de armazém ou de outro pequeno estabelecimento comercial varejista (quitanda, mercearia, lanchonete, lojas de ferragem); funcionário público no exercício de atividades semelhantes; posto militar de soldado, cabo e equivalentes.
AGRUPAMENTO 7 Operário não qualificado, trabalhador informal, servente, carregador; empregado doméstico como cozinheira, passadeira, lavadeira, arrumadeira; lixeiro, biscateiro, faxineiro, garçon de botequim, lavrador ou agricultor assalariado, meeiro, estudantes, do lar, outras ocupações com características semelhantes e desempregados sem renda.

Fonte: Departamento de Ações Comunitárias e Estudantis – DACE/UNIFAP

Nesse sentido, quanto à ocupação profissional do principal responsável da família, obtive-se os seguintes dados na tabela abaixo.

Tabela 10 – Ocupação profissional do principal responsável da família do estudante

OCUPAÇÃO PROFISSIONAL DO PRINCIPAL RESPONSÁVEL DA FAMÍLIA	
AGRUPAMENTOS DE PROFISSÕES	Nº DE RESPOSTA POR ESTUDANTES
AGRUPAMENTO 1	0
AGRUPAMENTO 2	0
AGRUPAMENTO 3	0
AGRUPAMENTO 4	86
AGRUPAMENTO 5	1
AGRUPAMENTO 6	3
AGRUPAMENTO 7	1074
SEM RESPOSTA	1

Fonte: Departamento de Ações Comunitárias e Estudantis – DACE/UNIFAP

Ao medir esse indicador, obteve-se a identificação que indica o lugar do indivíduo na posição social e técnica do trabalho, o que possibilita conhecer o grau de segurança que aquela ocupação pode oferecer ao núcleo familiar. No caso da UNIFAP, observa-se que nas famílias dos usuários da política, prevalecem os discentes cuja realidade encontra-se no agrupamento de variáveis 7 que diz respeito a ocupações com baixos salários ou na informalidade.

Sobre o indicador bens patrimoniais da família dos estudantes, conforme descrito nos critérios de seleção da UNIFAP, é um indicador importante pois, permite medir a segurança e estabilidade financeira da família. Para se medir esse indicador, a metodologia da UNIFAP o divide-o me 3 (três) variáveis que são: bens imóveis além da moradia, bens móveis e bens financeiros conforme demostrado na tabela seguinte.

Tabela 11 – Bens patrimoniais de estudantes que solicitaram bolsas/auxílios Assistência Estudantil da UNIFAP. (%)

BENS PATRIMONIAIS (%)	
IMÓVEIS ALÉM DA MORADIA	
NÃO POSSUO	96,79
LOTE/TERRENO	0,87
CASA/APARTEMANTO	1,98
GALPÃO/LOJA/SALA COMERCIAL	0,24
POSSUI MAIS DE UM IMÓVEL ALÉM DA MORADIA	0,09
POSSUI IMÓVEL RURAL COM MAIS DE 20 HA	0,02
MÓVEIS (CARRO E/OU MOTO)	
NÃO POSSUO	87,54
POSSUI COM INSTRUMENTO PRIORITÁRIO DE TRABALHO	3,52
POSSUI COM VALOR DE ATÉ R$ 5.000,00 (TABELA FIPE)	3,16
POSSUO COM VALOR DE r$ 5.000,01 ATÉ R$ 10.000,00 (TABELA FIPE	2,47
POSSUI COM VALOR DE r$ 10.000,01 ATÉ R$ 20.000,00	1,66
POSSUI COM VALAOR ACIMA DE R$ 20.000,01	1,11
POSSUI MAIS DE UM VEÍCULO DE QUALQUER VALOR	0,55
BENS FINANCEIRO	
NÃO POSSUI	97,58
POSSUI ATÉ O LIMITE DA RECEITA FEDERAL	2,42

Fonte: Departamento de Ações Comunitárias e Estudantis – DACE/UNIFAP

Como se viu, dos estudantes que solicitaram inserção na Assistência Estudantil, 96,79% não possuem imóvel além da moradia, 87,54% não possuem carro ou moto e 97,58% não possuem bens financeiros, o que caracteriza junto com os outros indicadores apresentados, que a maioria dos estudantes que são usuários ou que solicitam auxílios na UNIFAP, estão no perfil de vulnerabilidade socioeconômica, caracterizados nessa pesquisa como" jovens pobres no ensino superior".

4.2 ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL – O CASO DA UNIFAP

Para conhecer um pouco mais sobre a trajetória universitária de estudantes pobres que tem buscado na Assistência Estudantil um apoio para sua permanência e formação acadêmica, apresenta-se aqui, o resultado da pesquisa qualitativa que teve como norte, entender as estratégias de permanência dos estudantes usuários dessa política, e apreender suas concepções acerca da sua execução na UNIFAP,

procurando também perceber se está alinhada com os objetivos propostos pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

As entrevistas foram realizadas com 11 (onze) estudantes considerando o recorte de faixa etária definida nessa pesquisa e, especificamente os usuários com renda per capta de até meio salário mínimo que, segundo a concepção da UNIFAP, são os que se encontram em extrema vulnerabilidade socioeconômica, que chamamos aqui de jovens pobres no ensino superior. Dessas entrevistas pôde-se colher um rico material para análise e conhecimento das questões que perpassam suas trajetórias como estudantes do ensino superior e os impactos ou não que a Assistência estudantil representa para estes.

As entrevistas foram gravadas e os dados foram utilizados na composição do texto sendo citados de forma agregada, desidentificando os sujeitos da pesquisa e, todas as informações coletadas são estritamente confidenciais, de forma que as identidades serão preservadas em qualquer referência a elas realizada. Dessa forma, foi permitido aos estudantes falar de forma aberta e espontânea, podendo também explicitar as dificuldades que enfrentam no cotidiano acadêmico, para permanecer no curso em que estão matriculados. Nesse sentido, pode-se afirmar que o rico material coletado nas entrevistas, me possibilitou também perceber e compreender melhor, por meio do contato e a escuta, as várias dimensões que perpassam suas vivências no espaço da universidade, bem como no contexto familiar, me fazendo refletir melhor a prática profissional e sobre o papel da Assistência Estudantil.

A análise das falas dos entrevistados são aqui apresentados tentando seguir a estrutura do roteiro das entrevistas, onde primeiro apresenta-se os dados acadêmicos de ingresso na UNIFAP como: origem escolar; se fez cursinho; e se foi governamental ou particular e; se o ingresso foi por meio de sistema de cotas ou ampla concorrência. Depois, buscamos saber sobre as dificuldades que eles possuem ou não em sua vida acadêmica e, no terceiro momento, buscamos identificar seus conhecimentos e como avaliam as Ações de Assistência Estudantil na UNIFAP.

Dentre os 11 (onze) estudantes entrevistados, 6 (seis) foram do sexo feminino e 5 (cinco) masculinos. Todos oriundos de escola pública e com renda per capta de até ½ salário mínimo. Em relação a ocupação profissional do principal

responsável da família todos encontram-se no grupo 7 conforme quadro de agrupamento de variáreis de profissões na subseção anterior. O ano de ingresso variam entre 2015 – 2018 e, todos ativos nas ações de Assistência Estudantil durante os anos 2017 e/ou 2018, conforme tabela abaixo:

Quadro 02 – Ano de ingresso e ano em que foi inserido nas ações de Assistência Estudantil na UNIFAP – estudantes entrevistados

ANO DE INGRESSO NO CURSO E ANO QUE FOI INSERIDO NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – ESTUDANTES ENTREVISTADOS			
CURSO		ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	
2015	01	2015	
2016	02	2016	-
2017	04	2017	03
2018	04	2018	08

Dos 11 (onze) estudantes entrevistados, 4 (quatro) fizeram cursinho Pré Enem enquanto 7 (sete) não fizeram. Dos 4 (quatro) que fizeram, 3 (três) foram em instituições governamentais e, 1 (um) apenas pagou o cursinho durante os três últimos meses que antecederam a prova do ENEM, 8 (oito) deles ingressaram por meio do sistema de cotas e 3 (três) pela ampla concorrência. Dessa forma, já de início percebe-se com os dados acima sobre perfil apresentado dos estudantes entrevistados, que se trata de jovens estudantes que vivem em situação de pobreza caracterizando-os e confirmando-os como público alvo da política de Assistência Estudantil.

Quando foi perguntado o que eles esperavam ao ingressar na UNIFAP, as respostas foram variadas, no entanto as que prevaleceram e, que foram comuns aos entrevistados foram: “me formar” e “condições de vida melhor”, conforme relatos: [...] conseguir me formar pra ver se eu consigo uma vida melhor né, sair... digamo dessa zona pobre... porque lá em casa a gente é.. digamos não somos miseráveis, mas a gente vive no limite (Estudante de Sociologia). [...] Meu objetivo maior é ter uma condição de vida melhor pra mim e pra minha família, é meu objetivo principal, que me motiva todo dia (Estudante de Medicina). Assim, os relatos indicam que em geral, os estudantes têm buscado no ensino superior uma possibilidade de retorno financeiro, cujas possibilidades podem aumentam com uma formação superior.

Em relação ao motivo da escolha do curso, 6 (seis) dos 11 (onze) entrevistados declararam que foi por aptidão, afinidade e identificação com o curso, conforme relatos: [...] eu sempre me identifiquei mais com a área de humanas do que com as outras áreas e... eu queria um curso voltado pra sociedade (Estudante de Biologia). [...] na verdade eu sempre queria trabalhar em educação (Estudante de Pedagogia 2). [...] eu sempre gostei mesmo da natureza né? Física tem tudo a ver com isso (Estudante de Física 1). No entanto, houve também respostas como: [...] facilidade de ter conseguido passar (Letras Francês1). [...] biologia nunca foi assim: ah eu quero biologia, mas eu tava um pouco perdida sobre os cursos que eu queria, e dentre as possibilidades que eu tive sobre os cursos que eu passei, eu optei por biologia (Estudante de Biologia). Assim percebe-se também, que as escolhas nem sempre são por aptidão, em muitos casos os estudantes fazem suas escolhas nos cursos considerando as notas que conseguem obter no ENEM.

Segundo análise da V Pesquisa do FONAPRACE (2018), a escolha, a satisfação com os cursos e a permanência nos cursos escolhidos podem estar relacionado com muitos fatores.

> [...] envolvem muitas variáveis de natureza objetiva e subjetiva: a faixa etária do (a) estudante (majoritariamente jovem, ainda imaturo para definir as trajetórias acadêmicas), o capital cultural do (a) discente, a expectativa familiar, o nível de exigência e as dificuldades encontradas para se adaptar à vida universitária e ao próprio curso, as condições materiais que se dispõem (se precisa trabalhar ou não ou como pode se manter), a identificação ou frustação com carreiras. Todas estas variáveis interferem na trajetória acadêmica. (FONAPRACE, 2018)

Os relatos indicaram que a maioria dos entrevistados decidiu pelos cursos por afinidade ou aptidão, havendo também alguns que afirmaram que a escolha do curso se deu pela na nota que conseguiram obter na prova do processo de ingresso, e não propriamente pela afinidade ou aptidão. Outros fatores identificados foram, indicação e influência da família e retorno financeiro.

Quando perguntado quem mais da família que possui ou está cursando ensino superior, 4 (quatro) afirmaram que são os únicos, no entanto, 7 (sete) possuem na família outras pessoas, geralmente são irmãos, que estão cursando ou já completou o ensino superior. Esse fato chama atenção pois, provavelmente está demonstrado que se trata da 1ª. geração de estudantes universitários em seu grupo familiar. E no que diz

respeito à escolaridade dos pais, somente 1 (um) dos estudantes entrevistados possui um dos pais com curso superior completo, verificando assim, que os a maioria dos estudantes entrevistados pertencem à 1ª. geração de universitários na família.

Este fato, somado ao indicador de renda per capta familiar, condições precárias de emprego, desemprego e/ou informalidade no trabalho, da maior parte dos principais responsáveis das famílias, se compreendidos numa perspectiva de totalidade demonstram a necessidade de se considerar que o acesso dos brasileiros ao ensino superior é muito baixo, apontando também, a desigualdade no acesso à educação superior percebida em que muitos jovens pobres que dela estão excluídos. A negação do direito educacional para a população pobre, a muito tem contribuído para a reprodução da desigualdade social que predomina historicamente no Brasil, conforme relatos: [...] Papai, ele é aposentado por invalidez (Estudante de Física). [...] minha mãe ela recebe bolsa, ela não trabalha ela é dona de casa... já meu pai ele é autônomo ele é vendedor de açaí (Estudante de Letras – Francês),

> [...] Meu pai é autônomo, ele trabalha com lanches, essas coisas assim. Ele vende lá em Santana... ele tem uma bicicleta, aí ele leva, por que a gente mora no novo horizonte né? ... aí ele vende na área portuária que é razoavelmente perto de casa, aí então ele leva tudo na bicicleta e, aí ele faz ... e aí ele vende ... de manhã ele vende tapioquinha, de tarde ele vende mais lanches. Vai variando né? (Estudante de Sociologia).

Sobre o questionamento acerca do conhecimento que os entrevistados tinham, da possibilidade de obter apoio financeiro da Assistência Estudantil ao ingressar, 7 (sete) afirmaram que conheciam, por meio de familiares e amigos que foram ou são estudantes da UNIFAP e, 4 (quatro) disseram não conhecer.

Quanto à percepção da política de Assistência Estudantil na UNIFAP foi questionado aos estudantes em entrevista, de que forma ela tem contribuído para sua permanência no curso. As respostas dadas pelos discentes todas caracterizaram as bolsas e auxílios como essenciais relatando suas experiências de como era sua vivência acadêmica antes de receberem auxílios, e o quanto melhorou a partir de quando começaram a serem usuários.

> [...] eu não conseguia dinheiro pra transporte, pra vir pra cá todo dia e, as vezes eu vinha de tarde e de noite então, foi bem difícil. Eu reprovei em algumas

> matérias mas depois que eu comecei a receber, aí ficou mais tranquilo, eu consegui custear as despesas que eu tenho aqui só com esse auxílio então tá mais tranquilo pra cursar (Estudante de História).
>
> [...] eu consegui tirar um peso do meu pai, porque ele sustentava a casa então eu precisava pedir dinheiro pra ele ... transporte também ajudou muito, então eu não necessitava de tá pedindo dinheiro pra ele toda hora (Estudante de Letras Francês 1).
>
> [...] eu tinha muita dificuldade com xérox, a passagem de ônibus, também era muito complicada. Questão de alimentação dentro da universidade pra mim também foi muito difícil né? ... então eu acredito que seria muito difícil se eu não tivesse a questão dos auxílios, porque a gente não ia conseguir dar conta de tudo, eu e a minha irmã por exemplo, a gente tá aqui e a gente precisa (Estudante de sociologia).
>
> [...] quando eu não tinha Assistência Estudantil, eu conseguia ficar aqui aos trancos e barrancos, por que, nem sempre o dinheiro da empada que eu vendia aqui era suficiente pra eu pagar minha passagem. Eu já pedi dinheiro emprestado aos meus amigos pra almoçar né, que eu não tinha auxílio alimentação. As vezes eu ficava sem comer e passava o dia todo, todinho aqui e, tinha vezes que eu não vinha, porque eu não tinha passe (Estudante de Biologia).

Foi interessante notar que todos os entrevistados apontaram como maior despesa para a realização do curso, o gasto com transporte e, quando lhes foi perguntado como fazem para pagar essas despesas, as respostas também foram todas direcionadas para o auxílio que recebem, porém alguns, apontaram também que, embora seja uma importante ajuda, as necessidade não possui cobertura integral, necessitando as vezes, ter buscar outras estratégias para complementar, tipo: aulas particulares (Estudante de Física), fazer desenhos artísticos (Estudantes de Letras Francês.

Houve também situação em específica de estudante entrevistado que chamou atenção, pois o mesmo, além da despesa de transporte, alimentação e material pedagógico, também aponta para outras despesas extras relacionadas as especificidade do curso:

> [...] a questão do equipamento do curso e, por semestre a gente vai ter equipamento que a gente vai usar mais, e os professores recomendam que a gente tenha o nosso. Então assim, eles falam: vale a pena o investimento e tal, mas não sabem as pessoas que podem investir naquilo. Neste semestre que eu to agora, eu eu vi, pediatria, vi neurologia e to em geriatria agora, e no módulo geriatria a gente tem muita prática, a gente vai pros hospitais ver as pessoas, os idosos no caso ... a gente teve aula de escuta cardíaca, pulmonar e pressão, então a gente tem que ter um estetoscópio e, aí eu comprei um estetoscópio de

> R$ 59,00 (riso) pra ajudar, só que o estetoscópio não dá pra escutar nada, então o equipamento bom pra prática é caro, um estetoscópio bom é R$300,00 no mínimo. E aí como que eu vou tirar sendo que eu recebo 400 e alguma coisa por mês, que eu tenho que sobreviver o mês todo. Como que eu vou comprar o estetoscópio? ... esse, por exemplo, esse é meu impasse hoje entendeu?... aí vai todo dinheiro não tem como sobreviver, né? (Estudante de Medicina).

Assim, se faz necessário um olhar diferenciado também para os estudantes pobres inseridos em cursos que requer a aquisição e uso de equipamentos específicos daquela área tais como: Medicina, Enfermagem, Fisioterapia, entre outros da saúde e outros como as Engenharias e Arquitetura. A falta desses equipamentos na prática do curso pode caracterizar fator relevante para a permanência e conclusão dos cursos com êxito, além de colocar também o estudante pobre mais uma vez em situação de exclusão e desigualdade. Assim, Yazbek considera que:

> [...] são pobres aqueles que, de modo temporário ou permanente, não têm acesso a um mínimo de bens e recursos, sendo portanto excluídos, sem graus diferenciados, da riqueza social. Entre eles, estão: os privados de meios de prover a sua própria subsistência e que são tem possibilidade de sobreviver sem ajuda (YAZBEK, 2012 p.73).

Quanto à pergunta sobre as dificuldades que eles têm encontrado para realizar o curso houve diferentes relatos como: [...] acho que 80%, voltada pra questão financeira, porque o resto acho que é uma questão psicológica, por conta da pressão que eles dão na gente (Estudante de Medicina). [...] são mais em relação ao conteúdo do curso essas são as dificuldades (Estudante de História).

> [..] dificuldade, muita... principalmente pelo fato de eu ter déficit de atenção e aquilo que é cobrado as vezes no nosso curso exige maior esforço. Na verdade, exige mais esforço de mim, pelo fato de eu ter isso, e por vezes eu acabei tendo crises de ansiedade (Estudante de Administração).

> [...] conciliar trabalho com a faculdade. Porque antes eu tinha uma facilidade maior, e quando eu comecei a trabalhar com a bolsa trabalho, acabou que eu não consegui conciliar o trabalho com as questões das disciplinas que eu to cursando, mais difícil (Estudante de Letras Francês 2).

> [...] A maior dificuldade? Tem muita coisa porque a sociologia... a gente passa por um cenário meio caótico né... então a minha maior dificuldade é de pensar por exemplo... num futuro profissional mesmo, né? (Estudante de Sociologia).

Nesse último relato especificamente, a estudante estava relacionando-o ao cenário brasileiro atual de frequentes ataques às disciplinas de filosofia e sociologia.

Tais ataques ocorreram primeiro com a reforma do Ensino Médio, onde o ex presidente Temer impôs, por meio da Medida Provisória 746, a retirada da filosofia e sociologia do currículo, e que meio ao processo de mobilização de professores e estudantes no país, esta Medida Provisória, foi transformada em Lei (Lei 13.415/2017), prevendo a inclusão de estudos e práticas de filosofia aparece diluída nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas. Segundo o site de notícias Brasil de fato, no dia 26 de abril de 2019, o atual Presidente Bolsonaro e seu Ministro da educação, anunciaram mais um ataque à filosofia e sociologia. Um dos mais graves. Em sua conta numa rede social, Bolsonaro declarou que o objetivo seria focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como: veterinária, engenharia e medicina e também afirmou que função do governo é respeitar o dinheiro do pagador de impostos, ensinando para os jovens a leitura, escrita e a fazer conta e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família, que melhore a sociedade em sua volta. ” Assim, ao ouvir o relato da Estudante de Sociologia, pode-se perceber que essas recentes declarações, tem impactado diretamente nas expectativas dos estudantes dessas áreas no que diz respeito ao curso que escolheu e as perspectivas futuras relacionadas ao mercado de trabalho.

Aos estudantes entrevistados foi indagado também se em algum momento pensaram em desistir do curso, 5 (cinco) relataram que não, enquanto 6 (seis) responderam que sim. Dos que responderam que já pensaram em desistência, os motivos vão desde as condições financeiras iniciais, quando ainda não recebiam auxílio, quanto pelas dificuldades iniciais relacionadas ao curso especificamente.

Quando foi perguntado sobre quais ações da Assistência Estudantil eles conheciam, a maioria conhecia os auxílios que já recebiam. Os mais citados foram: bolsa permanência, auxílio transporte, alimentação, fotocópia, creche e bolsa de apoio à pessoa com deficiência. Ficando de fora do conhecimento deles sobre o auxílio emergencial, o auxílio de participação em eventos científicos para apresentação de trabalhos, auxílio atleta e os serviços de atendimento psicológico. Desses, nenhum dos entrevistados citaram.

Sobre a percepção acerca das ações da política que utilizam, todos usaram palavras e frases como: cumpre com o propósito; são ótimos; muito importante; é uma

forma de promover a igualdade estudantil; uma ajuda e tanto; muito bom e; maravilhoso. Assim, observou-se o reconhecimento acerca da importância que esses jovens, atribuem ao fato de receber apoio financeiro, sem a qual, segundo os relatos, não conseguiriam permanecer cursando e, quando afirmam também que os valores repassados a eles têm garantido sua permanência total ou parcial no que diz respeito à questões financeiras. Verificou-se, também, que na percepção da maioria dos estudantes entrevistados, embora afirmem que a Assistência Estudantil tenha garantido a sua permanência, afirmaram que existem ainda, muitos discentes, “que precisam”, que não são atendidos. Quando foi perguntado se a Assistência Estudantil atende todos os estudantes pobres na UNIFAP houve as seguintes afirmações: [...] Não, porque tem quem realmente precisa que nunca conseguiu bolsa (Estudantes de Administração). [...] Não, alcança todos porque, acredito que não seja a culpa da instituição e sim do sistema. Acredito que seja pouco o valor, não contempla a todos (Estudante de Física 2).

Como se viu acima, os estudantes apreendem apenas um conhecimento parcial sobre as ações de Assistência Estudantil na UNIFAP, foi constatado também que os entrevistados não possuem conhecimento a fundo acerca dos critérios de avaliação socioeconômica que é realizado para definir o público alvo da política, bem como dos seus direitos relacionados a Assistência Estudantil. Desconhecem tanto o Decreto 7234/2010 que dispões sobre o PNAES, quanto a Resolução 014/2017 que regulamenta a Assistência Estudantil no âmbito da instituição. Dessa forma pode-se perceber a forma fragilizada como essa política vem sendo executada no âmbito da UNIFAP pois, Resolução citada acima, em seu Cap. 3º inciso IV acerca dos objetivos, visa a garantia da participação de estudantes por meio de instâncias próprias de representação na formulação, monitoramento e avaliação das ações dessa política. Dessa forma, para que se garanta a participação estudantil nessa política na UNIFAP se faz necessário primeiro, divulgar, dar ciência e mais transparência à forma como tem sido executada, pois somente assim, poderá haver uma participação mais qualificada dos estudantes atendidos pelas ações de Assistência Estudantil que servirá para aprimorar os serviços ofertados, ampliando o seu protagonismo estimulando-os para

discutir também a criação de fóruns estudantis a nível local, regional e nacional para discutir, defender e fortalecer essa política.

Outro fato crítico identificado nas entrevistas, é a deficiência na comunicação dos trabalhadores do DACE, com os estudantes usuários. Nos relatos, alguns estudantes, apontaram para uma boa comunicação, na medida em que afirmam que são bem atendidos quando vão buscar informações na PROEAC, no entanto, os diálogos geralmente ocorrem quando o estudante procura informação na pró reitoria, conforme relato:

> [...] não tem uma boa comunicação, porque a gente vem aqui quando a gente precisa de alguma coisa, mas essas pessoas não saem, eu não vejo saírem daqui para ir lá com o estudante saber como que tá (Estudante de Medicina).

Assim, esse dado, novamente nos reporta à necessidade de reestruturação da gestão e execução da Assistência Estudantil, dando ênfase à divulgação das ações, e uma aproximação maior com o Estudante usuário e público alvo da política.

Considerando o que foi exposto nessa pesquisa, pode-se entender e demonstrar que os jovens pobres no ensino superior no contexto brasileiro e da UNIFAP, está inserido em uma realidade que tem extrapolado os limites da dimensão acadêmica. A pobreza como reflexo da questão social, tem impactado as relações sociais e acadêmica desses jovens, restringindo muitas vezes a oportunidade de uma vivência ampla e integral no espaço universitário, onde, para esses estudantes, observa-se a existência da perpetuação da condição de ser pobre e da desigualdade, e ao mesmo tempo, tendo conseguido ingressar em uma universidade pública, suas condições de vida são permeadas por diversas dificuldades, tanto de ordem financeira, como as que vão além, mas que também podem ou não serem influenciadas pelos aspectos econômicos. Dessa forma, conclui-se que a gestão e execução da Assistência estudantil na UNIFAP, por meio de suas ações, deve continuar proporcionando o atendimento às demandas estudantis, atendendo às 10 (dez) áreas propostas no Decreto 7234/2010), bem como aprimorando-a e fortalecendo-a como uma política pública de direito à permanência que garanta aos estudantes pobres, condições de igualdade de oportunidade para uma formação superior com qualidade, executando-a em conjunto com os atores envolvidos. Estudantes, equipe multiprofissional, equipe de técnicos e Gestão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do objetivo de entender as estratégias de permanência de jovens pobres na Educação Superior a partir da Política de Assistência Estudantil no contexto da UNIFAP e, dos questionamentos considerados importantes norteadores dessa pesquisa, que foram: entender qual efeito da desigualdade social e regional, a Política de Assistência Estudantil tem conseguido minimizar no âmbito das relações sociais e acadêmicas na UNIFAP; em que condições os estudantes pobres têm conseguido permanecer nos cursos em que estão matriculados; quais outros fatores, além do econômico, podem interferir na permanência desses estudantes no curso e, qual a percepção dos estudantes em relação à execução da Política de Assistência Estudantil na UNIFAP, sem ter a intensão de esgotar essa discussão concluiu-se que:

Sobre as desigualdades sociais e regionais no âmbito da UNIFAP, foi possível entender e comprovar por meio da pesquisa bibliográfica e documental e por meio de dados de pesquisas aqui citadas, a necessidade de criar e fortalecer políticas públicas mais consolidadas que dê conta de atender a diversidade das diversas juventudes pobres no Amapá, especificamente no que diz respeito ao acesso e permanência no ensino superior. Acerca da Assistência Estudantil na UNIFAP, observa-se que ela tem garantido minimamente a permanência dos estudantes que já são usuários, no entanto, existe uma demanda reprimida no qual o volume de recurso destinado a esta instituição não permite atender. Assim, esses estudantes ficam no chamado “cadastro reserva” não conseguindo ser inseridos nas ações de assistência estudantil permanecendo, assim, num processo de exclusão. Dessa forma, se faz necessário intensificar as lutas em defesa da ampliação do financiamento dessa política que prevê a redução das desigualdades sociais e regionais, bem como a igualdade de oportunidades para os jovens pobres no ensino superior.

Quanto às condições em que os estudantes jovens pobres têm conseguido permanecer nos cursos em que estão matriculados, observou-se por meio da pesquisa, que muitos deles mesmo recebendo bolsa/auxílios, ainda passam por dificuldades relacionadas às questões financeiras, pois alguns que estão inseridos em grupo familiar em extrema pobreza, acabam utilizando também do auxílio para ajudar nas despesas

em casa e, em razão disso não sobra dinheiro para xerox e compra de livros. Outros estão inseridos em cursos que exige compra de materiais didáticos caros que não conseguem adquirir, como é o caso de medicina e os cursos da saúde, além da engenharia civil, arquitetura entre outros.

Observou-se, também, que além do fator econômico, existem outros fatores que pode interferir na permanência do curso, entre elas o que diz respeito as dificuldades encontradas nos primeiros semestres dos cursos de estudantes oriundos de escolas públicas, dificuldades estas, enfrentadas pelos estudantes na qual chamam de " muito puxado" ou "muita pressão", os levam a pensar em desistência. Observou-se que o bom desempenho e a conclusão de seus cursos com êxito, requer, além do apoio financeiro, o atendimento de outras necessidades, como as de saúde e o acompanhamento pedagógico, para que então, não sejam fatores problemas à sua formação.

Quanto às percepções dos estudantes usuários acerca da Assistência Estudantil, são de certa forma variadas, conhecem pouco sobre os auxílios que são ofertados, especificamente os que eles recebem, dizem que os auxílios têm atendidos suas necessidades estudantis, mas a maioria percebe que no geral, não atendem às necessidades de todos os estudantes que segundo eles "precisam".

Dentre muitas respostas uma das que mais chama atenção é o fato de os usuários entrevistados em sua maioria dizer que desconhece o Decreto 7234/2010 que dispõe sobre o PNAES e, a Resolução 014/2017 e que regulamenta a Assistência Estudantil na UNIFAP, identificando que não há conhecimento do conjunto de ações que compõe essa política e o que torna mais grave é o fato de os entrevistados serem usuários de uma ou mais ações da Assistência Estudantil. Isso comprova que a política e sua regulamentação, precisa ser mais divulgada e discutida entre os estudantes, bem como os critérios de acesso e renovação dos auxílios entre outros serviços ofertados, pois é condição primordial para o alcance dos objetivos a ela propostos e para a garantia dos direitos do seu público alvo.

Assim, percebe-se que os desafios impostos à Assistência Estudantil são muitos, e um deles com certeza trata-se da aproximação dos atores envolvidos, para fins de (Re) construção coletiva dessa política com a participação, principalmente, dos

estudantes usuários, para que então, as ações realmente venham de encontro com as necessidades estudantis na UNIFAP, prevendo também mais visibilidade e transparência aos processos

Outro achado da pesquisa foi a percepção de que nas IFES, houve e ainda está havendo um importante processo de democratização no acesso, com o aumento dos ingressantes negros e pardos, indígenas, deficientes e estudantes oriundos de escolas públicas, fato que com certeza deve ser fator impulsionador para o fortalecimento e ampliação também das políticas de permanência estudantil tanto na UNIFAP quanto nas IFES em geral.

Nesse sentido, se faz necessário atentar também para a atual conjuntura política e econômica em que se encontra o Brasil sob a gestão de um governo de ultradireita que, certamente tem preparado um campo de batalha contra as IFES, principalmente quando declara cortes em seu financiamento, colocando em risco todo o seu funcionamento relacionado ao ensino, a pesquisa, a extensão, e a política de Assistência Estudantil já conquistada através de históricas lutas. Dessa forma, na atual conjuntura, se torna imprescindível que se mantenha a resistência da comunidade acadêmica em conjunto com sindicatos de docentes e técnicos bem como dos movimentos estudantis, a UNE, e o FONAPRACE em defesa das IFES e, considerando que a universidade é um dos espaços onde se refletem as desigualdades sociais e regionais com grande evidencia, e que a educação como direito social deve abranger tanto a dimensão do acesso como também o da permanência dos estudantes, deve-se intensificar a luta e defesa também pela Política de Assistência Estudantil nas IFES, bem como entender que a sua regulamentação, que encontra-se fragilmente regulamentada por um decreto presidencial, necessitando de defesa para que se torne uma política de Estado, e não de governo, e não corra o risco de ser extinta essa importante política que visa à democratização do ensino superior reduzindo as desigualdades e promovendo a igualdade de oportunidade aos estudantes nas IFES.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Lei de Diretrizes Curriculares. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. **Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO Pedro Paulo Martoni, P (Org.). **Retratos da juventude brasileira:** análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005.

ARAÚJO, Aline Souza. **A intervenção do assistente social na assistência estudantil.** 2015. 141 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia.** 3. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Sobre Educação e Juventude:** conversa com Riccardo Mazzeo.São Paulo:[s.n], 2013. Disponível em: <https://pedagogiaparaconcurseiros.com.br/sobre-educacao-e-juventude-zygmunt-bauman/> . Acesso em: 19 maio 2019.

_____, **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2001.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra reforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Política social no contexto da crise capitalista. In: **Serviço social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. Expressões políticas da crise e as novas configurações do estado e da sociedade civil. In: **Serviço social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BORGO, Guilherme Augusto Marenda. **A característica das organizações de juventude de IRATI – PR.** Ponta grossa:[s.n], 2014. Disponível em: <http://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/260/1/Borgo%2C%20Guilherme%20Augusto%20Marenda.pdf>. Acesso em: 19 abr.2019.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Decreto n. 7234 de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil**.Brasília: PNAES, 2010.

_____. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Estatuto da Juventude. **Diário Oficial**

[da] República Federativa do Brasil, Brasília, 5 ago. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 29 mar. 2017.

_____. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, 20 dez. 1996.

_____. Câmara dos Deputados. **Plano nacional de educação.** Brasília, 2011. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/pl-8035-10-plano-nacional-de-educacao/noticias/meta-de-investimento-em-educacao-deve-permanecer-em-7-do-pib-diz-gastao-vieira>. Acesso em: 06 ago. 2012.

_____. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, 24 abr. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 22 jun. 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Linha da pobreza:** iniciativa brasileira de aprendizagem. Brasília: MDS, 2014. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/wwp/BSM_linhapobreza_PORT.pdf> . Acesso em: 20 abr.2019.

_____. Secretaria Nacional de Juventude. Conselho Nacional de Juventude. **Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude de 2003 – 2010.** Brasília, 2011.

COLOSSI, Nelson. Mudanças no contexto do ensino superior no Brasil: uma tendência ao ensino colaborativo. **Revista FAE**, Curitiba, v.4, n. 1, p.12-14, 2001.

CONSU. **Projeto Pedagógico do Curso De Licenciatura em Educação do Campo, da UNIFAP-Campus Mazagão.** Mazagão: CONSU, 2015. Disponível em: <http://www2.unifap.br/mazagao/concursos/ >. Acesso em: 05 mar.2019.

_____. **Projeto Político Pedagógico do Curso Educação Escolar Indígena da UNIFAP.** Macapá, AP, 2005. Disponível em: <http://www2.unifap.br/indigena/files/2014/02/PPP-EEI_2005.pdf> Acesso em: 05 mar.2019.

COUTINHO, C. N. **Marxismo e política:** a dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 1994.

DEMO, P. Demarcação científica. In: DEMO, P. **Metodologia científica em Ciências Sociais.** São Paulo: Atlas, 2011.

FALEIROS, V.P. **A política social do estado capitalista:** as funções da previdência e assistências sociais. São Paulo: Cortez, 1980.

_____. **Saber profissional e poder institucional**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FONAPRACE. O FONAPRACE e a assistência estudantil na IFES brasileiras: uma história em construção. **Revista comemorativa 25 anos**: **história, memórias e múltiplos olhares,** Uberlândia, v.7, n.3, p.1-108, 2012.

_____. O fonaprace e a política de assistência estudantil em 2012: quem somos, onde chegamos e o que queremos. Uberlândia: UFU, PROEX, 2012.

_____. **Perfil Socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras.** Brasília: FONAPRACE, 2004.

_____. **Perfil Socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições de ensino superior.** Brasília: FONAPRACE, 2011.

_____. **Perfil Socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições de ensino superior.** Brasília: FONPRACE, 2015.

_____. **Perfil Socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições de ensino superior.** Brasília: FONPRACE, 2019.

FRIGOTTO, Galdêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades desafio e perspectivas. In: NOVAES, R; VANNUCHI, P. ABRA (Org.) **Juventude e Sociedade:** trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

GOMES, Joãozinho; MILHOMEN, Val. **Jeito Tucuju**. Macapá- AP, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QN6nLXLl4y0> Acesso em: 02 maio 2019.

GUIA GEOGRÁFICO. **História do Amapá**. Macapá, 2018. Disponível em: <http://www.brasil-turismo.com/amapa/historia.htm> Acesso em: 26 abr.2019.

HORTA, J. L. B. Perfil e dilemas do direito à educação. **Rev. Fac. Direito UFMG**, Belo Horizonte, v.34, n. 56, p. 215-242, jan./jun. 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na cena contemporânea. In: **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFFESS/ABEPSS, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua 2017:** número de jovens que não estudam nem trabalham ou se qualificam cresce 5,9% em um ano. Brasília: IBGE, 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21253-pnad-continua-2017-numero-de-jovens-que-nao-estudam-nem-trabalham-ou-se-qualificam-cresce-5-9-em-um-ano. Acesso em 20/04/2019>. Acesso em 02 mar.2019.

_____. **PNAD Contínua 2017:** número de jovens que não estudam nem trabalham ou

se qualificam cresce 5,9% em um ano. Brasília: IBGE, 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21253-pnad-continua-2017-numero-de-jovens-que-nao-estudam-nem-trabalham-ou-se-qualificam-cresce-5-9-em-um-ano >. Acesso em: 20 abr.2019.

_____. **Estados:** Amapá. Brasília:IBGE, 2017. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ap> . Acesso em: 26 abr.2019.

INSTITUTO DE PESQUISA E FORMAÇÃO INDÍGENA - IEPÉ. **Povos Indígenas.** Macapá: IEPE, 2018. Disponível em: <https://www.institutoiepe.org.br/> . Acesso em: 10 abr.2019.

LEÃO REGO, Walquíria; PINZANI , Alessandro. Módulo I: Pobreza e Cidadania. In: BRASIL. **Secretaria de Educação Continuada, alfabetização, diversidade e inclusão – SECADI.** Brasília: Ministério da Educação, 2015. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/#mod>. Acesso em: 10 maio 2019.

MARCELO, J.; CHACON, T.; CALDERON, A.I. A expansão da educação superior privada no Brasil: do governo de FHC ao governo Lula. **Revista Iberoamericana de Educación Superior**, México, v.6, n.17, P.33-37, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/ries/v6n17/2007-2872-ries-6-17-00078.pdf> Acesso em: 10 maio 2019.

MARTINELLI, M. L. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social. In: **Pesquisa qualitativa:** um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

_____. **Pesquisa Qualitativa:** um instigante desafio**.** São Paulo: Veras, 1999.

MARTINS. Gilberto de Andrade. **Estudo de caso:** uma estratégia de pesquisa**.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, J. de S. **O massacre dos inocentes:** a criança sem infância no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1991.

MELO, Laís. **Educação pública sob ataque.** Curitiba:[s.n], 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/10/educacao-publica-sob-ataque/>. Acesso em: 23 jun.2019.

MESZÁROS, I. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2008.

MUNDO EDUCAÇÃO. **Amapá**. Macapá, 2018. Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/amapa.htm>. Acesso em: 26 abr.2019.

PAIS, J. M. **Culturas juvenis.** Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

PALMARES. Fundação Palmares. **Certidões expedidas às comunidades**

remanescentes de quilombos. Palmares: CRQs,2019. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-ap-19022019.pdf> . Acesso em: 10 maio 2019.

PINHEIRO, Aline Freitas Dias. **Avaliação da assistência estudantil:** possibilidades e limites de uma política pública educacional. 2015. 145 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

PORTILHO, Ivone dos Santos. **Áreas de Ressaca e dinâmica urbana em Macapá/AP** Rio Claro: EdUNESP, 2010.

QUIROGA, Consuelo. **Trabalho e formação da identidade juvenil.** Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2001.

RIBEIRO, Adalberto Carvalho; ALVES. Maria Natalia Carvalho. Juventudes universitária popular e educação freuriana: reflexões sociológicas. **Quaestio**, Sorocaba, SP, v. 20, n. 2, p. 305-325, ago. 2018. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/3335/2946> . Acesso em: 20 maio 2019.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil, afinal, de que trata?** 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SECRETARIA DE TURISMO DO AMAPÁ. **Parque Nacional Montanha do Tumucumaque.** Disponível em: <http://montanhasdotumucumaque.blogspot.com/p/visitacao.html> . Acesso em: 30 abr.2019.

SILVA & SILVA, Maria Ozanira da. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Rev. Katál.,** Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 155-163, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/02.pdf> . Acesso em: 26 abr.2019.

SOUZA, Jessé. **Ralé Brasileira, quem é e como vive.** Belo Horizonte: EdUFMG, 2009.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira ET al. **A Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras:** uma questão em análise. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004.

VASCONCELOS, Natalia B. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil**. Ensino em-revista**, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 599-616, jul./dez. 2010.

_____. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no brasil. **Ensino Em-**

Revista, Uberlândia, v.17, n.2, p. 599-616, jul./dez. 2010.

YASBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social.** 7.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Serviço Social e Pobreza. **Rev. Katál.,** Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 153-154, jul./dez. 2010.

_____. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social. **Temporalis,** Brasília, v.3, n. 3, p. 33-40, jan./jun.2001.

_____. Pobreza social no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Rev. Serviço Social e sociedade,** São Paulo, v.22, n.110, p. 288-322, jun.2012.

ANEXOS

ANEXO A – Decreto nº 7.234

DECRETO Nº 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010.

Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição:

DECRETA:

Art. 1º O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

Art. 2º São objetivos do PNAES:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;

III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e

IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Art. 3º O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.

§ 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

I - moradia estudantil;

II - alimentação;

III - transporte;

IV - atenção à saúde;

V - inclusão digital;

VI - cultura;

VII - esporte;

VIII - creche;

IX - apoio pedagógico; e

X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

§ 2º Caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados.

Art. 4º As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.

Parágrafo único. As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Art. 5º Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar **per capita** de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.

Parágrafo único. Além dos requisitos previstos no **caput**, as instituições federais de ensino superior deverão fixar:

I - requisitos para a percepção de assistência estudantil, observado o disposto no **caput** do art. 2º; e

II - mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES.

Art. 6º As instituições federais de ensino superior prestarão todas as informações referentes à implementação do PNAES solicitadas pelo Ministério da Educação.

Art. 7º Os recursos para o PNAES serão repassados às instituições federais de ensino superior, que deverão implementar as ações de assistência estudantil, na forma dos arts. 3º e 4º.

Art. 8º As despesas do PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as

dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de julho de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

Este texto não substitui o publicado no DOU de 20.7.2010

ANEXO B – Resolução nº 14/2017

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÃO Nº 14/2017 - CONSU

Aprova a Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Amapá.

A Presidente do Conselho Universitário da Universidade Federal do Amapá, no uso das atribuições que lhe são conferidas e conforme o Art. 14, Inciso XIII do Estatuto da UNIFAP, c.c com o Art. 24, Inciso IV do Regimento Interno do CONSU, considerando o processo n.º 23125.017094/2016-11 e

A decisão do Egrégio Conselho Universitário em sessão extraordinária realizada no dia 23 de maio de 2017

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Política de Assistência Estudantil, bem como seu regulamento, na Universidade Federal do Amapá.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Macapá, 30 de maio de 2017.

Profª. Adelma das Neves Nunes Barros Mendes
Vice-Reitora

REGULAMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – UNIFAP
ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 014/2017-CONSU

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1 A Política de Assistência Estudantil se traduz em *"um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de cursos de graduação dos estudantes das IFES, na perspectiva da inclusão social, formação ampliada, produção do conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida"* (FONAPRACE, 2012, p. 63).

A Politica da Assistência Estudantil da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, é concebida de forma ampliada, com atendimento a todos os alunos matriculados na instituição, intimamente interligados ao ensino, pesquisa e extensão em consonância às Leis e Normas Brasileiras vigentes, ao Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2015-2019 e ao Planejamento Estratégico de Assistência Estudantil.

DOS PRINCÍPIOS

Art. 2 A Política de Assistência Estudantil da UNIFAP é norteada pelos seguintes princípios:

I- enfrentamento das desigualdades sociais, para ampliação e democratização das condições de acesso e permanência dos estudantes no ensino público federal;

II- priorização do atendimento às necessidades socioeconômicas, psicossociais, pedagógicas e de qualidade de vida visando à formação integral do estudante;

III- reconhecimento da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber – como valor ético central;

IV- compromisso com a qualidade dos serviços prestados;

V- fortalecimento da formação humanística no processo de aprendizagem do educando;

VI- empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação, incentivando o respeito à diversidade e inclusão, e discussão das diferenças;

VII- transparência na divulgação dos recursos, auxílios, programas e projetos da Assistência Estudantil, bem como nos critérios para obtenção e manutenção dos mesmos;

VIII- trabalho integrado as unidades que desenvolvem políticas aos discentes.

DOS OBJETIVOS

Art. 3 A Política de Assistência Estudantil da UNIFAP, tem por objetivos:

I- democratizar as condições de permanência, garantindo ao corpo discente, igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas, no sentido de contribuir para a conclusão dos cursos na perspectiva da inclusão social, que possa estimular sua vivência acadêmica para uma formação mais diversificada e integral.

II- minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão do curso;

III- Estimular a formação continuada dos profissionais da Assistência Estudantil numa abordagem interdisciplinar;

IV- Garantir a participação de estudantes por meio de instâncias próprias de representação na formulação, monitoramento e avaliação das ações dessa política;

V- Contribuir para a redução das taxas de retenção e evasão;

VI- realizar acompanhamento psicopedagógico, social e incentivo à qualidade de vida aos discentes visando melhorar o desempenho acadêmico no ensino, pesquisa e extensão;

VII- fortalecer e ampliar programas de bolsas e auxílios, bem como o atendimento psicopedagógico, social e incentivo à qualidade de vida, extensivo a todos os Campi;

VIII- promover ações que favoreça a inclusão de estudante com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento, de altas habilidades e superdotação, bem como os beneficiários de programas de acesso à educação superior através de cotas, negros, indígenas, quilombolas e outros, e em atenção as políticas afirmativas que contemplam os estudantes mulheres, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.

DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS

Art. 4 Serão implementadas as seguintes ações para o alcance dos objetivos:

I- regulamentar a Política de Assistência Estudantil no âmbito da Instituição;

II- garantir no seu plano de trabalho anual: Orçamento financeiro, recursos humanos, formação continuada e estrutura física adequada ao atendimento da política em todos o campi da Unifap;

III- publicar anualmente editais específicos por campi para selecionar os estudantes postulantes a auxílios e bolsas, provenientes dos recursos financiados pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES;

IV- viabilizar a criação de unidades administrativas de assessoria à PROEAC, para atendimento da Política de Assistência Estudantil nos Campi;

V- traçar perfil socioeconômico e sociodemográfico dos alunos de graduação para fins de ampliar o financiamento da Política de Assistência Estudantil e subsidiar o processo de planejamento, com a criação de indicadores auditáveis e mensuráveis;

VI- Firmar convênios e parcerias com órgãos públicos e privados para fins de fortalecimento da Política de Assistência Estudantil;

VII- Planejar e executar o objetivos estratéticos da Assistência Estudantil, na perpectiva do PDI em conjunto com a PROGRAD, PROPESPG, PROCRI, dentre outros setores que trabalham com a política discente, visando garantir o êxito no desempenho acadêmico dos estudantes no ensino, pesquisa e extensão.

DA GESTÃO

Art. 5 A gestão institucional da Política de Assistência Estudantil será realizada pela Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias - **PROEAC** por intermédio do Departamento de Ações Comunitárias e Estudantis - **DACE** e a Divisão de Serviço Psicossocial - **DSP.**

Art. 6 A Gestão da política em atividades conjunto com outras Pró Reitorias e em campi fora da sede, será realizada sob a supervisão do DACE/PROEAC.

Art. 7 Cabe a PROEAC planejar, coordenar e executar os recursos destinados a Assistência Estudantil por Programas Federais ou recursos próprios da Unifap.

Paragrafo Único: A execução dos recursos financeiros da Unifap destinados a Assistência Estudantil devem ter a anuência da PROEAC para sua aplicação em acordo com os objetivos desta política.

DO PÚBLICO ALVO

Art. 8 Todos os alunos matriculados na Instituição, com atendimento conforme as seguintes modalidades:

I- **Assistência Ampliada:** consiste no atendimento de estudantes regularmente matriculados na UNIFAP, por meio de ações que promovam a cultura, o esporte, a saúde física e psicológica, e qualidade de vida, visando a inclusão social, independente da situação socioecoômica.

II- **Assistência Prioritária:** consiste no atendimento a estudantes regularmente matriculados em curso de graduação presencial, prioritariamente oriundos da rede pública de

educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio, por meio da concessão de bolsas e auxílios com acompanhamento psicopedagógico e social.

Parágrafo Único: A concessão dos auxílios/bolsas da Assistência Prioritária fica condicionada à dotação orçamentária da instituição por meio do PNAES e/ou outras fontes de recursos;

Art. 9 A Assistência Estudantil na modalidade Assistência Ampliada, será executada de forma articulada as atividades de ensino, pesquisa e extensão, em parceria com a PROGRAD, PROCRI e PROPESPG.

Art. 10 A Assistência Estudantil na modalidade Assistência Prioritária, será implementada de forma **articulada** com as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UNIFAP, em consonância com as diretrizes do PNAES e de acordo com o conceito de vulnerabilidade socioeconômica estabelecido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social e Política Nacional de Assistência Social. (Brasília, 2004): *"O conceito de vulnerabilidade refere-se a indivíduos e famílias com perda ou fragilidade de vínculos afetivos, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos ou indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representrar risco pessoal e social."* Considerando os seguintes níveis de vulnerabilidades socioeconômica:

I- **vulnerabilidade socioeconômica NÍVEL I:** o discente apresenta GRANDE dificuldade em satisfazer necessidades básicas (alimentação, transporte, material pedagógico e moradia), o que pode resultar em abandono do curso por insuficiência de recurso financeiro para a sua manutenção na UNIFAP. O discente classificado nesse índice poderá receber a bolsa permanência do MEC, Bolsa Permanência do PNAES e todos os auxílios. (Renda per capita de até meio salário-mínimo).

II- **vulnerabilidade socioeconômica NÍVEL II:** o discente apresenta dificuldade INTERMEDIÁRIA em satisfazer necessidades básicas (alimentação, transporte, material pedagógico e moradia). O discente classificado nesse índice poderá receber a bolsa permanência do MEC e todos os auxílios. (Renda per capita de meio a um salário-mínimo).

III- **vulnerabilidade socioeconômica NÍVEL III:** o discente apresenta PEQUENA dificuldade para satisfazer necessidades básicas (transporte e material pedagógico). O discente

classificado nesse índice poderá receber a bolsa permanência do MEC e os auxílios: transporte e fotocópia conforme disponibilização de orçamento. (Renda per capita de um a um e meio salário-mínimo).

DAS AÇÕES

Art. 11 A Política de Assistência Estudantil da UNIFAP será operacionalizada de acordo com as seguintes ações:

I- Concessão de Bolsas e Auxílios: Alimentação; Auxílio Transporte; Auxílio Moradia; Auxílio Fotocópia; Auxílio Saúde; Auxílio Atleta; Bolsa Permanência do PNAES; Bolsa Permanência do MEC; Auxilio Emergencial; Auxílio Mobilidade; Apoio financeiro à participação em eventos acadêmicos, culturais e desportivos. Auxílio Inclusão Digital;

II- Apoio Psicopedagógico, social e de qualidade de vida;

III- Inclusão e Cidadania;

Art. 12 O Auxílio Alimentação consiste em proporcionar **Assistência Prioritária** aos estudantes de graduação presencial classificados nos níveis I e II, pelo menos uma refeição diária no Restaurante Universitário – R.U a cada dia letivo, exceto aos sábados e domingos, com isenção de qualquer taxa, os demais pagam parcialmente.

Art. 13 O Auxílio Transporte visa proporcionar **Assistência Prioritária** aos estudantes de graduação presencial classificados nos níveis I, II ou III apoio financeiro para a viabilização do transporte necessário à sua frequência nas aulas de graduação, e está subdividido em: Transporte Urbano, Interurbano e Intermunicipal.

Art. 14 O Auxílio Moradia consiste em proporcionar **Assistência Prioritária** aos estudantes de graduação presencial classificados nos níveis I e II, apoio financeiro mensal para custear despesas com aluguel em quitinete, república, pensionato e assemelhados. Os valores são concedidos aos alunos conforme as especificidades locais de cada campi.

Art. 15 O Auxílio Fotocópia consiste em proporcionar **Assistência Prioritária** aos estudantes de graduação presencial classificados nos níveis I, II ou III, crédito de 1.300 (um mil e trezentas) fotocópias para uso acadêmico por ano letivo, que poderá ser utilizada paulatinamente ou de uma única vez.

Art. 16 O Auxílio Saúde visa proporcionar **Assistência Prioritária** aos estudantes de graduação presencial classificados nos níveis I ou II auxilio financeiro mensal para pagamento de plano de saúde e/ou odontológico, conforme a seguir especificado:

I- Auxílio Plano Odontológico – desembolso financeiro/mês com valores estipulado em editais e pagos através de depósito bancário aos estudantes beneficiários; e

II- Auxílio Plano de Saúde – desembolso financeiro/mês com valores estipulados conforme faixa etária, de acordo com tabela estabelecida em editais que são pagos através de depósito bancário aos estudantes beneficiários.

Art. 17 Auxílio Atleta visa proporcionar **Assistência Prioritária** aos estudantes de graduação presencial classificados nos níveis I, II e III auxilio financeiro, por meio de seleção em edital específico para participação em atividades desportivas sob a Coordenação do Curso de Educação Física/PROGRAD.

Art. 18 A Bolsa Permanência do PNAES, consiste em proporcionar **Assistência Prioritária** aos estudantes de graduação presencial classificados no nível I por meio da concessão de apoio financeiro liberado pela UNIFAP.

Art. 19 A Bolsa Permanência do MEC, consiste em proporcionar **Assistência Prioritária** por meio da concessão de apoio financeiro, liberado diretamente pelo Ministério da Educação - MEC, aos estudantes regularmente matriculados, em cursos de graduação presencial com carga horária igual ou superior a 5 horas diárias (INTEGRAL), e que tenham renda per capita de até um salário – mínimo e meio e, estudantes indígenas e quilombolas, independentemente de carga horária dos cursos em que estiverem matriculados e da renda familiar, conforme estabelecido pelo Ministério da Educação – MEC através da Portaria Nº 389, de 9 de maio de 2013.

Art. 20 Auxílio Emergencial consiste em proporcionar **Assistência Prioritária** aos estudantes de graduação presencial classificados nos níveis I e II, propiciando apoio financeiro com a finalidade de atender estudantes ingressantes e demais estudantes com demandas emergenciais que coloquem em risco a sua permanência na UNIFAP no prazo máximo de 1 mês, renovável por igual período conforme análise do caso.

Art. 21 Auxílio Mobilidade consiste em proporcionar **Assistência Prioritária** aos estudantes de graduação presencial classificados nos níveis I, II e III e tem como finalidade propiciar apoio financeiro para realização de estudos em qualquer outro Estado da Federação ou fora desta.

Art. 22 Apoio financeiro à participação em eventos acadêmicos, culturais e desportivos consiste em proporcionar **Assistência Prioritária** aos estudantes de graduação presencial priorizando com renda per capita de até 1,5 salário mínimo, e aos demais estudantes selecionados por critérios acadêmicos, valorizando a integração estudantil e as manifestações culturais.

Art. 22 Auxílio Inclusão Digital consiste proporcionar **Assistência Prioritária** aos estudantes de graduação presencial classificados no nível I com a doação de notebooks, por meio da ação Inclusão digital, como apoio pedagógico no processo de ensino, pesquisa e extensão.

Art. 23 O Apoio Psicopedagógico, social e de qualidade de vida é uma ação desenvolvida pela Divisão de Serviço Psicossocial - DSP, consiste em proporcionar Assistência Prioritária e Assistência Ampliada aos discentes da UNIFAP por meio dos seguintes Projetos:

I- Acompanhamento Psicopedagógico e Social – PAPS, visa melhorar o desempenho acadêmico dos beneficiários da Assistência Prioritária e sua integração no ambiente acadêmico.

II- Apoio Psicológico – PAPSI, visa realizar o acolhimento, escuta, orientação psicológica e encaminhamentos dos estudantes da Assistência Ampliada para serviços psicológicos especializados, demais serviços da Unifap, rede pública estadual e municipal de atenção à saúde e parcerias com instituições privadas.

III- Atenção à Saúde do Estudante – PASE, consiste em promover ações na área de prevenção e promoção à saúde integral dos estudantes beneficiários da Assistência Ampliada em parceria com os demais serviços e dispositivos da Unifap.

Art. 24 A Inclusão e Cidadania consiste em um conjunto de ações e serviços que promovam acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência, dificuldades de aprendizagem, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades e superdotação, contribuindo para o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas, bem como a promoção da igualdade étnico-racial e de gênero; da diversidade sexual; das ações afirmativas; e da formação de cidadania.

DA CONCESSÃO, DO ACOMPANHAMENTO E DA PERMANÊNCIA NOS BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA PRIORITÁRIA

Art. 25 A concessão de Bolsas e auxílios será realizada por profissionais de Serviço Social, considerando a análise socioeconômica e demais critérios estabelecidos em editais próprios.

Art. 26 O tempo máximo de permanência no Programa pertinente a concessão de bolsas e/ou auxílios é o tempo de duração regular do curso em que o estudante estiver matriculado. Em caso de mudança de curso, a data de referência para contagem do tempo de permanência como beneficiário será a data de entrada no Primeiro Curso na UNIFAP.

I- Anualmente, mediante convocação prévia por edital, o estudante beneficiário deverá candidatar-se a renovação e reavaliação do perfil socioeconômico e situação acadêmica;

II- Haverá acompanhamento semestral sobre o rendimento acadêmico dos estudantes beneficiários dos auxílios e bolsas, para verificar a comprovação das seguintes condições:

a – Estar regularmente matriculado em, no mínimo, 04 (quatro) disciplinas ou 01 (uma) no caso de Estágio Curricular Obrigatório ou Trabalho de Conclusão de Curso;

b – Ter coeficiente de rendimento acadêmico semestral de, no mínimo 50% (cinquenta por cento), não ter sido reprovado no semestre anterior em mais de 01 (uma) disciplina ou por falta, o que ocorrer primeiro;

Parágrafo único: Aos estudantes que ultrapassarem o tempo de integralização do curso, e/ou não estiver matriculado em pelo menos 04 (quatro) disciplinas, e/ou estiver com desempenho acadêmico abaixo do mínimo previsto no regimento da Unifap como média de aprovação, poderão permanecer como beneficiário da Assistência Estudantil Prioritária até o limite máximo de dois semestres após o período previsto para a integralização, condicionado à realização de uma reavaliação psicopedagógica e social através de entrevistas, estudo de caso e visita domiciliar, pela equipe do DSP, em consonância com as normas internas e legislação vigente;

Art. 27 O cancelamento ou suspensão dos benefícios ocorrerá quando o estudante:

I- descumprir um dos critérios de permanência estabelecido em editais e/ou Termo de Compromisso.

II- integralizar o curso;

III- Trocar de curso, e não informar através de requerimento ao setor responsável na PROEAC;

IV- Trancar, cancelar ou transferir a matrícula para outra instituição de ensino superior;

V- Abandonar ou desistir do curso;

VI- Perda de vaga conforme Resolução Nº002/2004/CONSU-UNIFAP:

VII- não apresentação de documentação comprobatória que justifique a necessidade de permanecer além do tempo regular do curso, no prazo máximo de 2 meses antes da integralização do curso.

VIII- For constatada irregularidades ou inadequação das informações prestadas

§1º: Quando ocorrer casos de afastamento por doenças, gravidez, óbitos de familiares, dentre outros, o estudante deverá apresentar documentação comprobatória no setor responsável da PROEAC, no prazo de 30 dias ininterruptos após o ocorrido;

§2º: Em casos de denuncias sobre fraudes nas declarações e documentos, será apurada pela equipe técnica do DACE/PROEAC, que se comprovadas decidirá pelo cancelamento da Bolsa/auxílio concedido.

§3º: Quando o estudante estiver em mobilidade acadêmica terá seus auxílios/bolsas suspensos por igual período de afastamento.

DOS RECURSOS HUMANOS

Art. 28 A política de Assistência Estudantil da UNIFAP será desenvolvida, conforme plano anual de trabalho, por equipe multiprofissional composta por Assistentes Sociais, Pedagogos, Psicólogos, Nutricionistas, Técnicos em Assuntos Educacionais e Assistentes Administrativos do Departamento de Ações Comunitárias e Estudantis – DACE.

DAS ATRIBUIÇÕES DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL

Art. 29 São atribuições gerais da equipe multiprofissional, observando as especificidades de cada profissão:

I- desenvolver a Política de Assistência Estudantil de forma ampliada, atendendo a todos os alunos matriculados na instituição;

II- desenvolver a Política de Assistência Estudantil em consonância com o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES;

III- formular políticas e diretrizes básicas que permitam concretizar o Programa Nacional de Assistência Estudantil dentro da UNIFAP;

IV- participar da gestão da Política de Assistência Estudantil da UNIFAP, assim como, de todo o planejamento que a envolve;

V- desenvolver subsídios de assistência estudantil a partir da proposta preconizada pela Política de Assistência Estudantil da UNIFAP;

VI- divulgar a política na perspectiva de consolidá-la como política institucional;

VII- manter atualizado o cadastro dos estudantes atendidos pelos Programas de Assistência Estudantil;

VIII- elaborar semestralmente relatórios dos Programas implementados através desta Política.

IX- articular os setores comprometidos com a exequibilidade da Política de Assistência Estudantil na UNIFAP;

X- atender os estudantes da UNIFAP, com o objetivo de elaborar e promover ações através de orientações e encaminhamentos.

XI- incentivar, apoiar e acompanhar os estudantes em suas múltiplas demandas no decorrer de sua trajetória acadêmica, através de ações efetivas nas áreas psicopedagógica, social e de qualidade de vida;

XII- promover ações conjuntas com outras unidades internas e externas para disponibilizar serviços que possam intervir em situações que dificultam a melhoria do desempenho acadêmico.

Art. 30 A avaliação e acompanhamento socioeconômico dos discentes será realizada por Assistente Social integrante da política de assistência estudantil.

Parágrafo único: Ao Assistente Social no uso de suas atribuições compete:

I- participar da gestão da política de assistência estudantil no âmbito da UNIFAP;

II- traçar, anualmente, o perfil socioeconômico da comunidade estudantil da UNIFAP;

III- identificar os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica;

IV- emitir relatório e pareceres em matéria de Serviço social;

V- realizar visitas domiciliares in loco;

VI- articular com a rede de serviços socioassistenciais e de saúde interna e externa.

VII- diagnosticar as questões sociais que interferem no processo de ensino-aprendizagem;

VIII- divulgar junto à comunidade estudantil os programas previstos na política de assistência estudantil;

IX- proceder à organização e distribuição dos benefícios previstos nesta política;

X- propor alternativas de atendimento as demandas por assistência estudantil;

XI- elaborar relatórios dos programas em atividade;

XII- dar visibilidade as ações desenvolvidas no campo da assistência estudantil na perspectiva de consolidá-la;

XIII- avaliar – através de pesquisa – o impacto dos programas de assistência estudantil na vida acadêmica dos estudantes.

Art. 31 A avaliação e acompanhamento psicológico dos discentes será realizada por Psicólogo integrante da política de Assistência Estudantil.

Parágrafo único: Ao Psicólogo Educacional no contexto da assistência estudantil compete:

I- assegurar condições de desenvolvimento ao discente nos aspectos social, afetivo e emocional contribuindo para o processo ensino-aprendizagem;

II- realizar pesquisas, no campo da Psicologia Educacional, visando a construção e a ampliação do conhecimento teórico e prático;

III- desenvolver junto a comunidade acadêmica atividades sócio educativas visando prevenir, identificar e minimizar problemas psicossociais que possam dificultar o desenvolvimento de potencialidades e o exercício da cidadania;

IV- realizar pesquisas, diagnósticos e intervenções psicológicas individuais ou em grupo utilizando o conhecimento da ciência psicológica para prevenir problemas que venham interferir no processo de ensino-aprendizagem;

V- colaborar no planejamento, execução e avaliação da Política de Assistência Estudantil desta IFES;

VI- promover a implementação da Política de Assistência Estudantil da UNIFAP, nas questões relativas ao desenvolvimento psicossocial e cognitivo dos estudantes;

VII- realizar o acompanhamento psicopedagógico sistemático dos discentes beneficiários da Assistência Estudantil visando facilitar sua convivência no ambiente acadêmico, prevenir situações de retenção e evasão acadêmica;

VIII- participar do trabalho das equipes de planejamento pedagógico, currículo e políticas educacionais, concentrando sua ação naqueles aspectos que digam respeito aos processos de desenvolvimento humano, de aprendizagem e das relações interpessoais, bem como participar da avaliação e do redirecionamento dos planos e práticas educacionais implementados por esta IFES.

Art. 32 A avaliação e acompanhamento pedagógico dos discentes será realizada por Pedagogo integrante da política de Assistência Estudantil.

O Pedagogo acompanhará o desempenho acadêmico do aluno visando a retensão e evasão, estimulando o engajamento na tríade ensino pesquisa e extensão.

Ao Pedagogo no âmbito da assistência estudantil compete:

I - Estimular a construção do conhecimento acerca da temática da assistência estudantil;

II – Analisar dados de retensão e evasão acadêmica, propondo medidas e ações estratégicas que visem aperfeiçoar os processos pedagógicos em estreita relação com a política de ensino e a política de assistência estudantil;

III – Participar da elaboração e execução de instrumentos específicos de orientação didático pedagógica;

IV – Participar da elaboração de projetos de assistência estudantil e de comunidade;

V – Fornecer dados para subsidiar a construção de perfis socioeconômico e sociodemográfico na área da assistência estudantil;

APENDICES

APENDICE A - Termo De Consentimento Livre Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Você foi convidado (a) a participar da pesquisa **"Política de Assistência Estudantil como estratégia de permanência de jovens pobres na educação superior: o caso da Universidade Federal do Amapá"** que está sendo desenvolvida por Patricia Teodoro de Souza Nascimento junto ao Programa de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Considerando que a natureza desta política é promoção e garantia do acesso, permanência e conclusão aos estudantes de graduação pertencentes as camadas pobres, essa pesquisa visa entender se as ações de Assistência Estudantil, tem conseguido minimizar os efeitos da desigualdade social e regional no âmbito das relações sociais e acadêmicas na UNIFAP garantindo a permanência dos estudantes pobres no curso em que estão matriculados, bem como entender quais outros fatores além no econômico podem interferir na permanência desses discentes no curso. Ainda tem por objetivo desenvolver um estudo investigativo sobre percepção dos estudantes usuários da política de Assistência Estudantil em relação à sua execução na UNIFAP.

As entrevistas serão gravadas. Os dados serão utilizados para fins de análise na composição do texto de dissertação de mestrado serão citados de forma agregada, desidentificando os sujeitos de pesquisa. Todas as informações coletadas nesta pesquisa são estritamente confidenciais, de forma que as identidades serão preservadas, resguardando-se o sigilo profissional, uma vez que os usuários do serviço também terão sua identidade preservada em qualquer referência a eles realizada. Fica assegurada ainda, a devolução das análises das informações coletadas por aqueles que participarem das entrevistas se assim os desejarem.

Eu _____ li esse termo de consentimento e compreendi a natureza e objetivo da pesquisa do qual concordei voluntariamente em participar. Entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão sem prejuízo de qualquer natureza.

_____

Assinatura do Entrevistado

_____

Assinatura do Pesquisador

APENDICE B – Roteiro de entrevista

ROTEIRO DE ENTREVISTA A SER REALIZADA JUNTO AOS ESTUDANTES USUÁRIOS DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIFAP

1- Trajetória acadêmica: (origem escolar, se fez cursinho, se ingressou por programa de cotas, e ano de ingresso)
2- O que o você esperava quando ingressou na UNIFAP?
3- O que o levou a escolher esse curso?
4- Ao ingressar no curso, você conhecia as bolsas/auxílios de Assistência Estudantil?
5- Quem mais na sua família possui ou está cursando o Ensino Superior?
6- De que forma a assistência estudantil tem contribuído para a sua permanência no curso?
7- Quais são suas maiores despesas para a realização de seu curso?
8- Como você faz para pagar essas despesas?
9- Quais as dificuldades/facilidades que você tem encontrado para realizar seu curso?
10- Sobre as dificuldades, como tem solucionado?
11- Já pensou em desistir do curso? Se sim, porque?
12- Quais Bolsas/Auxílios e/ ou serviços da assistência estudantil da UNIFAP você conhece?
13- Quais Bolsas/Auxílios e/ou serviços da assistência estudantil você utiliza?
14- O que você acha da (as) Bolsas/Auxílios e/ou serviço da assistência estudantil que você utiliza?
15- Os valores repassados pela assistência estudantil, tem garantido sua permanência no curso?
16- Você acha que faz bom uso da bolsa/auxílio concedido a você?
17- Conhece os critérios na análise e seleção para ter acesso as ações de assistência estudantil na UNIFAP? Se sim acha justo?
18- Conhece seus direitos no que se refere à assistência estudantil?
19- Conhece o decreto Nº 7234/2010 que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES e, a resolução 014/2017/CONSU/UNIFAP que a regulamenta na UNIFAP?
20- Você acha que as ações de assistência estudantil atendem as necessidades de todos os estudantes pobres na UNIFAP??
21- Você conhece os programas de assistência estudantil de outras universidades? Se sim quais?
22- Diga quais outros programas de assistência estudantil você considera que seriam importantes para a permanência dos estudantes na UNIFAP
23- Existe uma boa comunicação entre a equipe da PROEAC que trabalha com Assistência Estudantil com os estudantes?